

INTRODUÇÃO

É possível afirmar que uma rádio-escola contribui para formação dos alunos nela envolvidos? E mais: a partir de uma reflexão acerca do atual quadro da mídia brasileira, uma experiência de rádio-escola tende a consolidar novas formas de se fazer comunicação social? Tende a democratizar os meios?

Práticas - como a que será relatada neste trabalho - chamadas atualmente de educacionais estão em toda a parte e são, em boa medida, a busca humana pela liberdade, pela expressão. Além de – como assim o considera este projeto – ser um grande passo rumo à democratização da comunicação, à consolidação do direito de dizer a palavra.

A escola, da maneira como foi construída, tende a ser um espaço onde quem manda fala e quem obedece ouve. É óbvio que, com o passar dos anos, este espaço tornou-se menos ditatorial e algumas de suas incoerências foram sanadas. Não há mais espaço para o aluno ser colocado no canto da sala com um chapéu de Burro, ou mesmo ajoelhar no milho, e ainda, receber “reguadas” nas mãos. Mesmo que isto ainda aconteça, o que era regra tornou-se exceção. Todavia, algo importantíssimo ainda não mudou (mas precisa ser mudado): no ambiente escolar, há quem nada sabe e os que tudo ensinam. Para piorar, boa parte do conteúdo que é ensinado ali é pura abstração e uma forma ingrata de aprisionar o educando.

Complementarmente, outras convenções sociais seguem este mesmo trajeto. Nesse caminho encontra-se a comunicação social, os aparelhos de mídia, os *mass media*. Tal qual a escola, os veículos de comunicação também se configuram como um local onde uns falam e outros ouvem. As correções não são físicas, porém morais. Eles tudo ensinam. Nós nada sabemos. Para piorar boa parte do conteúdo transmitido é pura abstração e uma forma ingrata de aprisionar o espectador, o ouvinte, o internauta.

Similaridades à parte, o importante é perceber que o ser humano, como ser social, é capaz de renovar, regredir, oprimir, libertar. A escola, os *mass media*, não são fins, mas sim meios, formas de se alcançar determinado objetivo. Que pode

ser a liberdade, a expressão, a democracia, a utopia. Tudo se torna um reflexo do objetivo.

Sendo assim, esta experiência educ comunicativa utiliza, dentro do colégio Edna de Mattos Siqueira Gaudio, no município de Vitória, ES, o veículo de comunicação rádio com o intuito de chegar à democracia dos meios, devolver a palavra a quem é de direito.

O rádio, por ser essencialmente democrático ao trabalhar apenas com a fala, tem sido, historicamente, uma arma tanto nas mãos de movimentos revolucionários quanto nas mãos de políticos conservadores. Sua constituição, segundo Ferrareto, é resultado do esforço humano “para atender a uma necessidade histórica: a transmissão de mensagens à distância sem o contato pessoal entre o emissor e o receptor [...]” (2001, p.80).

No Brasil o monopólio de mídia e a legislação defasada, opressora impedem o uso democrático do rádio. Junte-se a isso o fato das rádios comerciais estarem saturadas de programações vazias intelectualmente e pobres culturalmente. Logo, “[...] as centenas de milhões de marginalizados do continente latino-americano só poderão afirmar o seu direito à existência reinventando as formas de luta e de expressão” (MACHADO, ARLINDO E MAGRI, 1986, p.98)”, no qual destaque neste trabalho a comunicação social através do rádio.

No início da década de vinte, ao ser idealizado por Roquette-Pinto, o rádio tinha por finalidade a educação do povo brasileiro. Na rádio Sociedade do Rio de Janeiro iniciou-se um sonho no qual “[...] o professor Roquette-Pinto teria visto no rádio um instrumento de transformação educativa. Conferências científicas, música erudita e análise dos fatos políticos e econômicos marcam, deste modo, as primeiras transmissões [...]”. (FERRARETTO, 2001, p.98)

Contudo com a chegada da década de trinta o rádio já se potencializa a partir da venda de espaço publicitário e da constante invasão cultural estrangeira, principalmente norte-americana. Com isso o seu caráter educativo foi sendo gradativamente deixado de lado. A própria Rádio Sociedade do Rio de Janeiro populariza um pouco sua programação, apesar de Roquette-Pinto não abandonar seu objetivo inicial (FERRARETTO, 2001, p.103).

Com expansão das práticas publicitárias, não só no rádio, mas em todos os meios de comunicação social, e a crescente penetração de modos estrangeiros de se vestir, se portar, de viver – *American way of Life* – apareceram movimentos que remaram contra a corrente. Surgiram rádios livres na Europa na década de 70 e no Brasil na década de 80. Em seu bojo a vontade de reconstruir o radialismo democrático e a necessidade de se pronunciar a palavra sem a mediação e a regulação de ninguém, pois os homens são essencialmente comunicação.

Na década de 90, a partir da realidade das rádios livres – que foram bastante reprimidas, porém permaneceram na sua luta pela liberdade de expressão –, surge um outro movimento: o das rádios comunitárias. O grito do gueto, a voz dos que não tem voz avança rapidamente pelo Brasil. Com uma proposta diferente das rádios livres, as rádios comunitárias pretendem atuar na legalidade, com concessão, no entanto a maior parte delas não consegue um aval do Ministério das Comunicações e continuam sendo perseguidas pela Polícia Federal por ordem da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a reguladora do setor. Saldo final: várias delas foram, e continuam sendo, fechadas.

A preocupação com a realidade comunicacional no Brasil – principalmente no que tange a histórica concentração de mídia –, juntamente com o avanço das tecnologias sobre a vida social, fomentou estudos que propunham uma leitura crítica dos meios e alternativas para o quadro vigente. Complementarmente surgem propostas para o cenário atual, como a Educomunicação.

União das áreas de conhecimento Educação/Comunicação a Educomunicação é um campo transdisciplinar recente. Apesar da inserção de veículos de comunicação na escola ser bastante antiga a sua reflexão teórica se consolida apenas na década de 90 e pode ser definida como um conjunto de ações que buscam criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais e virtuais. O objetivo é a expressão, a produção de cultura (MACHADO e ALVES, acesso 3 jul. 2006).

Sua contribuição maior para este trabalho se dá no seguinte sentido: apropriação dos meios de comunicação para a construção de uma identidade comunicativa própria – sem intermediação – e que possibilite aos alunos e,

consequentemente a escola, a reinvenção do conhecimento, do diálogo, da cooperação.

O presente trabalho, ao debruçar-se sobre este arcabouço teórico recente, provavelmente comete erros metodológicos que toda e qualquer ciência “nova” comete, ou não coleta resultados imediatos como é possível se esperar em muitas outras experimentações. Há que se levar em consideração ainda o fato da escola não possuir uma infra-estrutura específica para a realização de um projeto de rádio-escola, tudo é um tanto quanto amador e isto contribui para um possível insucesso da realização da prática. Todavia a intenção aqui é refletir acerca da inserção de novas tecnologias na escola e sua contribuição para o saber estudantil e não dar um veredicto final sobre a validade das teorias educacionais como um todo.

Com o objetivo de conhecer a teoria, a prática e a metodologia recorreremos aos teóricos do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP). Nomes como Ismar de Oliveira Soares, Eliany Salvatierra Machado; Patrícia Horta Alves são recorrentes ao longo das páginas que se seguem e contribuíram enormemente para a estruturação deste projeto.

Como complemento aos teóricos e “experimentadores” da Educação utilizamos as reflexões desenvolvidas por Paulo Freire e por Antonio Gramsci sobre a educação, sobre a escola, sobre o ensino de uma forma geral.

Paulo Freire, em suas investidas pedagógicas no nordeste brasileiro e no mundo, criou uma forma de se ensinar que levava o ser humano do campo da abstração para a ação a partir das discussões nos círculos de cultura. Seus estudos lhe permitiram afirmar que “pensar o mundo é julgá-lo; e a experiência dos círculos de cultura mostra que o alfabetizando, ao começar a escrever livremente, não copia palavras, mas expressa juízos” (FREIRE, 1987, p.13). Para Freire o mundo é histórico-cultural e o homem o constrói e reconstrói constantemente a partir e através da relação com o outro. Ao transformar a realidade que o cerca o homem se transforma e vice-versa (1987, p.76). Então qual seria a verdadeira tarefa do educador/mediador na educação? Simplesmente transmitir conteúdos pré-fabricados ou ensinar a ler a palavra e não o mundo? “A tarefa do educador, então, é a de

problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza [...]” (FREIRE, 1987, p.81). Somente dessa forma a educação poderá ser força de transformação. Mas, para isto, é necessário [ainda] que sua transformação seja resultado das transformações experimentada na realidade à qual se aplica”. (FREIRE, 1968, p.84).

Para ser bem claro Paulo Freire pretendia, com seu método, elevar o ser humano a uma nova racionalidade na qual ninguém sabe mais do que ninguém, e todos, em colaboração, aprendem, a partir da crítica ao estágio atual em que se encontram. Logo, refletem, reformulam o mundo em que estão e que ajudaram a construir – assim como este próprio mundo, sendo uma construção humana, contribuiu para a formação deles mesmos – de uma forma mais solidária, um planeta humanizado.

Todavia este planeta tal qual sonha Freire só existirá no instante em que, conforme assinala Antonio Gramsci, os homens excluídos, ao tomarem consciência de classe, verem-se não apenas como indivíduos, mas como grupo capaz de criticar o senso comum e elaborar uma nova forma de pensar baseada na filosofia da práxis (MOCHCOVITCH, 1988, p.14).

Neste quadro, os intelectuais (do partido comunista, no caso) têm o papel fundamental de unir os proletários – ideologicamente e como força histórica – em um propósito único: a tomada do poder pela classe subalterna e a transformação desta em classe hegemônica – que, conseqüentemente, porá fim a luta de classes a partir da eliminação das mesmas. Assim “cada indivíduo passa a ser considerado como representante da humanidade inteira e peça importante para a mudança que se quer efetuar” (TAVARES, 1989, p.89).

O que tomamos como primordial do pensamento de Gramsci para este trabalho diz respeito à consciência de classe a partir da crítica ao senso comum e, principalmente, a educação como um dos processos de transformação da sociedade (TAVARES, 1989, p.18).

Assim a contribuição teórica que Freire e Gramsci dão para a execução desta proposta educacional é primordial para o que se buscou fazer, principalmente no que diz respeito a trabalhar a criticidade em todo o tempo, construir/compartilhar conhecimento, fomentar o diálogo.

Uma das justificativas para a execução deste trabalho é que a mídia, com a contemporaneidade, se tornou parte da nossa vida ao ditar regras e costumes, modas e padrões, formar culturalmente, socialmente e educacionalmente. Logo, tornou-se dispensável pensar a educação apenas no espaço escolar, pois, acredita-se que, todas as instâncias sociais contribuem para a substancial formação do homem. Partindo desta concepção e baseado na transdisciplinaridade, estruturou-se o ramo do conhecimento que se convencionou chamar Educomunicação.

Um outro ponto é a crescente concentração, monopolização dos meios de comunicação social. A alternativa que aqui propus está baseada na construção de um ambiente na escola (no caso a rádio) que dê voz aos alunos. Pois a linguagem, como construção social transmitida através da cultura, “é atravessada por visões de mundo, representações mais próximas ou mais distanciadas da realidade vivida” (PENTEADO, 1998, p.128).

Neste espaço quebrar a hegemonia de empresas de comunicação é reportar seus próprios acontecimentos, entender como se dá a edição de matérias, ser sujeito da ação e não mais objeto. Pode parecer ingênuo, mas ao desencadear este processo hoje, no período escolar, pressuponho que amanhã eles continuarão a buscar formas de se expressar e não se sujeitarão a serem apenas objetos. Afinal “[...] o homem que ‘tem voz’ é um homem que é sujeito de suas próprias ações, um homem que projeta livremente o seu próprio destino” (LIMA, apud Freire, 1981, p.66)

Este trabalho tem por objetivo desenvolver a capacidade crítica e criadora em um ambiente de intensa comunicação, para que linguagens, opiniões e identidades sejam expressadas através do rádio, além de criar um ambiente onde a cooperação e o resultado obtido pelo grupo são o ponto de partida para a construção de um saber coletivo. De acordo com Penteado, somente dessa forma será possível caminhar em direção a uma “educação escolar formadora, reveladora, suporte para o exercício pleno da verdadeira cidadania” (1998, p.13).

Sendo assim, buscamos em Vitória, junto a direção da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Edna de Mattos Siqueira Gáudio”, uma oportunidade para desenvolver esta experiência educacional. A escolha do colégio veio por indicação de uma assistente social (Mariza Tietz) da unidade de

saúde do bairro Jesus de Nazareth, onde está situado “o Edna”. Isso aconteceu em março de 2006 após uma das reuniões para a organização do Entre Comunidades (evento da Pró-Reitoria de Extensão da Ufes).

Situado em uma região onde grande parte dos moradores vive da pesca, o bairro Jesus de Nazareth é relatado neste trabalho a partir da visão de uma moradora, assim como a realidade da EMEF “Edna de Mattos Siqueira Gáudio” é transmitida por uma das mais antigas funcionárias do colégio. Vale ressaltar que a comunidade tem na escola um referencial e às vezes até um refúgio, na busca pela ascensão social. Concomitantemente, o colégio tenta retribuir ao oferecer não só aula, mas também, nos finais de semana, cursos (artesanato, musicalização, dança) dentro do programa do Governo Federal Escola Aberta.

A proposta do projeto rádio-escola consistia em organizar uma rádio com conteúdo pedagógico e não simplesmente musical com alunos de sétima série. A escolha de alunos de sétima série deveu-se ao seguinte fato: no próximo ano, estes estarão cursando a oitava série e poderão dar continuidade a idéia ao preparar/capacitar outros de sétima com o intuito de postergar a prática. Dentro do campo da Educomunicação, o rádio é um dos veículos mais utilizados por resgatar a oralidade.

Metodologicamente o trabalho foi baseado na pesquisa participante ou pesquisa ação e é o reflexo de toda uma opção pelo diálogo, pelo "fazer com" e na perspectiva de construir/vizualizar novas formas de se expressar através do veículo de comunicação social rádio. Boa parte das experiências foram relatadas em um diário de campo, que serviu para especificar melhor tudo que acontecia durante a pesquisa.

Em abril de 2006 começamos as primeiras reuniões após uma conversa com a direção da escola sobre a viabilidade ou não deste trabalho. Dentre os procedimentos aprovados e adotados constavam a escolha de 20 alunos (dos 50 existentes na sétima série vespertino) que foram selecionados a partir do interesse de cada um em relação ao rádio na escola e sua perspectiva educativa. Para esta seleção foi aplicado um questionário contendo as seguintes perguntas: 1) Você ouve rádio regularmente? 2) Que rádio você ouve? 3) Na sua opinião, para que serve o rádio? 4) Se hoje você tivesse uma rádio nas mãos o que faria?

Debates baseados no olhar cotidiano dos alunos sobre a escola, a mídia e as “coisas” que os cercam apareceram em um primeiro momento e, afim de fazê-los conhecer a dinâmica e a estrutura de uma rádio, estes foram levados, logo nas primeiras semanas do projeto, à Universitária FM no horário do programa Bandeirão 104.7, que vai ao ar diariamente das 12 às 14 horas e é produzido e apresentado por estudantes de Comunicação Social da Ufes.

Na etapa seguinte assistimos ao filme brasileiro “Uma onda no ar” (RATTON, 2002) que conta a história da constituição da rádio Favela de Belo Horizonte (MG), uma rádio inicialmente livre, posteriormente comunitária.

Textos sobre funcionamento de estruturas de rádio e suas modalidades também foram lidos e debatidos. Programas com temáticas e dinâmicas diferentes das rádios comerciais foram apresentados para uma melhor elucidação da proposta do que viria a ser esta rádio-escola. Posteriormente, mais precisamente no mês de julho, eles foram separados em grupos, onde cada um tinha uma tarefa específica – um era o repórter, o outro editor de áudio. Quando a matéria ia ao ar no recreio um era o operador da mesa de som (sonoplasta), e o outro o locutor – Na ocasião seguinte era feito um rodízio nas atividades.

Ainda naquele mês foram escolhidos o nome da rádio e a escolha dos temas para as matérias. O resultado de todo este processo de prática educacional, aliado a inserção de novas tecnologias para a ampliação do conhecimento e expressão e o arcabouço teórico freireano e gramsciano é a rádio MJN, a rádio que nossa escola ouve.

Nossos encontros aconteceram de Abril à Setembro de 2006, ou seja, foram seis meses para que estruturássemos a proposta, gravássemos sete vinhetas e colocássemos no ar – na hora do recreio que dura vinte minutos – três programas. Para discutir esta experiência e seus resultados o trabalho foi dividido em quatro capítulos.

No capítulo 1 tratamos da constituição do rádio como veículo de expressão e comunicação social no Brasil e no mundo e seu crescimento a partir da criação da indústria fonográfica e das primeiras empresas de mídia.

Já no Capítulo 2 o debate gira em torno do direito a palavra e das propostas para a democratização dos meios. Rádios livres, comunitárias e

educativas configuram-se como uma alternativa às rádios comerciais, como uma forma de dizer a palavra.

No capítulo 4 discorremos sobre a importância, a contribuição do pensamento de Paulo Freire e Antonio Gramsci para a execução deste trabalho. Baseados sobre este círculo teórico, contando ainda com toda a contribuição dos teóricos da Educomunicação e suas experiências, buscamos arraigar a idéia de que a colaboração só pode ser fundada sobre o diálogo.

Finalmente, no Capítulo 5, relatamos a pesquisa de campo trazendo à tona, a partir da visão de uma moradora e de uma funcionária da EMEF “Edna de Mattos Siqueira Gaudio”, as singularidades do bairro Jesus de Nazareth e a importância do colégio para a comunidade. Conseqüentemente temos o caminho preparado para que os momentos de estruturação, consolidação e apresentação da rádio MJN sejam explicitados e ganhem contornos tais que possibilitem uma reflexão acerca desta alternativa que é democratizar os meios de comunicação proporcionando meios de comunicação.

1 - O RÁDIO: HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

Tido como um dos primeiros meios de comunicação de massa, o rádio é resultado de experiências diversas. Inicialmente o homem moderno, já acostumado a deixar a sua história grafada em pedras, peles de animais e papel, buscava uma maneira de guardar também as vozes que se perdiam no ar.

No começo eram as palavras. A sabedoria passava da boca para o ouvido, do ouvido para a boca, de geração para geração, em uma tradição oral que perdurou por muitos séculos, equivalente a 99% de toda a história humana. Não havia escrita para explicitar os conhecimentos. Pintavam-se bisões e estampavam-se mãos nas cavernas, mas não se desenhava a voz humana e não se codificava o pensamento em sinais posteriormente decifráveis (LÓPEZ VIGIL, 2003, p.9).

Primeiro vieram as tentativas bem sucedidas com aparelhos que necessitavam de cabos. O telégrafo e o telefone foram os precursores do rádio. “O telégrafo, pela primeira vez, ofereceu velocidade ao conhecimento. Mas não era o áudio real da natureza nem as palavras vivas das pessoas que viajavam através daquela primeira linha entre Washington e Baltimore” (LÓPEZ VIGIL, 2003, p.10).

Animados com a descoberta das ondas eletromagnéticas que se propagam no espaço, os cientistas do século XIX buscavam agora uma maneira de lançar e captar as vozes através do ar. O italiano Guglielmo Marconi foi o pioneiro na transmissão sem fios utilizando-se da radiotelegrafia.

[...] conectando uma antena ao transmissor, Marconi conseguiu projetar o seu sinal a mil metros de distância. Depois, aumentando a longitude da onda, superou os 16 quilômetros do Canal da Mancha. Em 1901, como um atleta depois de treinar para um grande salto, cobriu os 3.300 Quilômetros que separam a Inglaterra de Terra Nova no Canadá. Os novos telegramas voavam livres. Podiam prescindir dos cabos e dos postes terrestres (LÓPEZ VIGIL, 2003, p.13).

Entretanto a primeira transmissão, se levarmos em consideração a eficiência, foi realizada por um canadense.

Na véspera de Natal de 1906, o canadense Reginald Fessenden realizou a primeira transmissão de som: dessa vez os radiotelegrafistas dos navios, que navegavam pelas costas da Nova Inglaterra, não captaram os impulsos longos e curtos em código morse, mas uma voz emocionada que lia o relato do nascimento de Jesus, acompanhada por uma música de Haendel. Fessenden conseguiu emitir diretamente a voz humana sem necessidade de códigos, mas sua proeza mal chegava a um quilômetro e meio (LÓPEZ VIGIL, 2003, p.13).

No ano seguinte, o norte-americano Alexander Lee de Forest deu mais um passo. Sua proeza foi conseguir fazer com que válvulas de eletrodos transformassem as modulações do som em sinais elétricos. Assim, transmitidas de antena para antena, essas informações eram novamente reconvertidas em vibrações sonoras. Estava dado o grande salto rumo a eternidade do rádio (LÓPEZ VIGIL, 2003, p.14).

O meio de comunicação rádio desenvolveu-se ancorado nas expectativas da sociedade capitalista. Seus idealizadores e experimentadores acreditavam grandemente no seu potencial. No início da década de 20 o rádio já imprimia um novo ritmo à sua caminhada. Esse passo além seria transformado em sua maior característica e marcaria para sempre o formato deste veículo das massas: o diálogo a partir da proximidade com o público e seu envolvimento com a crescente indústria fonográfica.

É a Frank Conrad que a indústria de radiodifusão deve a sua existência. Trabalhando poucas horas por manhã na oficina de sua garagem, ele desenvolveu não só a tecnologia, mas também os conceitos empresariais sobre os quais a indústria está baseada. Quando substituiu o fonógrafo por um microfone, ele descobriu uma grande quantidade de ouvintes que tinham construído seus próprios receptores de galena e que, ao escutarem músicas, escreviam e telefonavam pedindo mais canções e notícias. Baseado nestas solicitações, Conrad decide transmitir regularmente programas estruturados para satisfazer seus ouvintes. Quando faltam discos de sua própria coleção, ele toma emprestado de uma loja de Wilkinsburg em troca de mencionar o estabelecimento comercial no ar – o primeiro anúncio radiofônico (o dono da loja descobriria que os discos tocados na estação de Conrad vendiam mais do que os outros). Todos estes conceitos de radiodifusão – a estação, o público, os programas e o anúncio subvencionando a programação – são resultados do trabalho de Conrad (FERRARETTO, 2001, p.89).

Em novembro de 1920 seria estruturada nos EUA a primeira indústria de radiodifusão baseada em conceitos técnicos e econômicos conhecidos e utilizados até hoje pelas empresas de mídia. “Assim em 2 de novembro de 1920, na cidade de Pittsburg, ao começar suas transmissões, nascia com a KDKA oficialmente a indústria de radiodifusão, no sentido de produção e transmissão de conteúdos, um novo campo para investimento de capital” (FERRARETTO, 2001, p.89).

Juntamente com a indústria da radiodifusão surgem também as primeiras redes de comunicação e de concentração de mídia (jornal impresso, rádio, cinema e posteriormente TV) nos Estados Unidos. A pioneira seria a NBC. "A partir da RCA, surge a primeira rede norte-americana, em 15 de novembro de 1926, a National Broadcasting Corporation (FERRARETTO, 2001, p.91)". Nos grandes centros econômicos mundiais a história não seria diferente. Porém na Inglaterra, por exemplo, a estruturação do meio de comunicação se deu a partir do Estado e não do mercado. Na British Broadcasting Company (BBC), os cidadãos seriam os financiadores da mídia e não as empresas como acontece em boa parte do planeta.

Um dos marcos do rádio mundial surge em meados dos anos 20. Desde 1919, a British Marconi fazia emissões regulares na Grã-Bretanha. Com outros grupos empresariais cria, em 18 de outubro de 1922, a British Broadcasting Company. Em 1926, o governo britânico estatiza a radiodifusão no país [...] (FERRARETTO, 2001, p.92).

Por todos os cantos do planeta as experiências com a utilização deste meio se multiplicavam no início da década de 20. Na Argentina o local escolhido para a transmissão foi a laje do Teatro Coliseu. No Uruguai os radialistas também escolheram uma laje, só que a de um Hotel, o Urquiza. Nos Estados Unidos, mais precisamente em Pittsburgh, o local escolhido foi uma garagem. Na bela Paris a imponente Torre Eiffel serviu de antena para as primeiras investidas. Até entre os socialista da URSS havia a preocupação de exploração do rádio por ser ele, segundo Lenin, “o jornal sem papel e sem fronteiras”. Nascido para ser grande, o rádio

alcançava mais de seis milhões de pessoas em 1924 (LÓPEZ VIGIL, 2003, p.14 e 15).

1.1 – E NO BRASIL...

No Brasil a estruturação das rádios se deu no mesmo molde dos EUA, a partir da ótica do mercado. As primeiras tentativas de utilização do rádio estavam ligadas aos amantes da radiofonia espalhados pelo país, principalmente nas capitais. Rio de Janeiro e Recife possuíam grupos amadores que utilizavam o veículo como passatempo. Em 1923, um ano depois da demonstração feita por americanos durante uma exposição internacional no Rio de Janeiro, surgiria a primeira rádio do Brasil. Conforme Ferrareto, "com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada no ano seguinte, começa efetivamente a trajetória da radiodifusão sonora do país, marcando a superação de seus antecedentes históricos, os grupos de amadores da radiofonia (2001, p.94)".

[...] os pioneiros da radiodifusão sonora brasileira reuniram-se na sede da Academia Brasileira de Ciências, 20 de abril de 1923, fundando a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. O grupo liderado por Roquette-Pinto e Morize consegue, então, junto ao governo o empréstimo dos transmissores da Praia Vermelha durante uma hora por dia (FERRARETO, 2001, p.96).

Edgar Roquette-Pinto (professor e cientista tido como o "pai do rádio brasileiro") foi um dos idealizadores deste veículo de comunicação no país. Sua importância para o desenvolvimento do rádio no Brasil reside no fato de ter sonhado com um meio que não levaria só entretenimento, mas, principalmente, cultura para um país onde residiam muitos iletrados.

[...] o professor Roquette-Pinto teria visto no rádio um instrumento de transformação educativa. Conferências científicas, música erudita e análise dos fatos políticos e econômicos marcam, deste modo, as primeiras transmissões da rádio sociedade do Rio de Janeiro (FERRARETO, 2001, p.98).

Nas palavras de Roquete-Pinto, “o rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado (FERRARETTO, 2001, p.97)”.

Para organização e melhor utilização do rádio como meio de comunicação de massa no Brasil faltavam ainda alguns ajustes relacionados à estruturação de um sistema de financiamento das programações, ou seja, publicidades. As empresas utilizariam o veículo para a venda dos seus produtos e a rádio disponibilizaria espaço na programação para a veiculação. Este tipo de troca traria vida longa não só às rádios, mas aos meios de comunicação em geral.

Na primeira metade dos anos 20, portanto, o Brasil ainda não havia despertado para as potencialidades de lucro do rádio a partir de uma programação financiada pela venda de espaço publicitário. Esta nova consciência das possibilidades lucrativas do veículo tem suas origens na Rádio Clube do Brasil, fundada em 1º de junho de 1924 por Elba Dias, um dos técnicos que auxiliara na estruturação da Rádio Sociedade. A emissora foi a primeira do país a obter autorização para transmitir publicidade (FERRARETTO, 2001, p.100).

Com a popularização dos aparelhos de rádio e com a organização das primeiras emissoras tornou-se necessário criar programações para um público cada vez mais vasto. O próprio Estado notou a importância estratégica deste meio de comunicação. Transmitir a ideologia advinda do poder foi uma das primeiras medidas adotadas pelo presidente Getúlio Vargas e seu grupo que em 1930 puseram fim a política café-com-leite. Com o intuito de unir as classes sociais e alardear os feitos governistas foi criado, em 1935, o programa a Hora do Brasil (posteriormente Voz do Brasil).

[...] o regime implantado em 1930 que vai transformar o veículo em instrumento ideológico. Dentro da lógica dos revolucionários de 30, a radiodifusão serve para consolidar uma unidade nacional necessária à modernização do país e para reforçar a conciliação entre as diversas classes sociais (FERRARETTO, 2001, p.107).

Entre a década de 30 e a de 50 o rádio tornar-se-ia o "queridinho do Brasil". As vozes dos radialistas viraram personagens nas rádios-novelas e nos programas de auditório mudando profundamente o dia-a-dia do povo brasileiro.

[...] o rádio viveria aquela que é considerada a sua época de ouro, caracterizada por uma programação voltada ao entretenimento, predominando programas de auditório, radionovelas e humorísticos. [...] O veículo adquire, desta forma, audiência massiva, tornando-se, no início dos anos 50, principalmente por meio da Nacional, a primeira expressão das indústrias culturais no Brasil (FERRARETTO, 2001, p.112).

Por meio do rádio a transmissão de produções estruturadas sob formatos pré-concebidos ("enlatados americanos") também colocaria o país no eixo do consumismo, mudaria os costumes da nossa juventude e influenciaria desde então a nossa música. Os programas levavam nomes dos seus patrocinadores, no caso empresas multinacionais. Era o *American Way of life* invadindo as terras tupiniquins através das ondas do rádio.

Através de programas como Um milhão de melodias, Aquarelas das Américas, Aquarelas do Mundo, Nas asas de um Clipper, A hora da Broadway, Your hit Parade, Big Broadcasting, Matinal da Exposição e outros que tais, a música norte-americana foi invadindo os lares brasileiros e induzindo a nossa juventude à adoção dos seus ritmos (FERRARETTO, 2001, p.118).

Alguns autores fazem críticas vorazes sobre a forma como o rádio se estabeleceu no Brasil, principalmente em relação ao vínculo mantido entre os meios e as empresas, impedindo de maneira substancial a liberdade de expressão, e a política de concessões que delimita espaços no ar e permite a sua utilização somente pelos "amigos do poder".

Em termos estruturais, mídias como o rádio e a televisão representam, no Brasil, a convergência de interesses do aparelho estatal, das redes de distribuição, do sistema publicitário e da indústria fonográfica (muitas vezes organizados sob forma de pools). Não funcionam jamais como serviço público e menos ainda como meios de comunicação [...] (MACHADO, ARLINDO E MAGRI, 1986, p.16).

Sobre o mecanismo de concessões os mesmos autores complementam que "a sua simples existência já é uma forma de censura, pois sua função é discriminar os que estão autorizados a falar e os que estão condenados a ouvir (MACHADO, ARLINDO E MAGRI, 1986, p.17)".

A questão das concessões sempre rendeu estudos variados no país, principalmente depois da Constituição de 1988 que estendeu “[...] esse poder [de outorgar e renovar] ao Congresso Nacional, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 223” (LIMA, 2005).

Tendo em vista que as concessões tinham uma longa história de servir como “moeda de troca” do Poder Executivo no jogo político, o fato de deputados e senadores terem de referendar as outorgas e as renovações foi considerado um importante avanço no sentido da democratização das comunicações no Brasil (LIMA, 2005).

Entre os teóricos ligados ao estudo da relação entre a Mídia e a Política está Venício Artur de Lima¹. Para ele a atual Carta do Brasil avançou em muitos pontos no que diz respeito a Comunicação Social. “A constituição de 1988 [...] proibiu que deputados e senadores mantenham contrato ou exerçam cargos, função ou emprego remunerado em empresas concessionárias de serviço público” (LIMA, 2005). No entanto o próprio autor acredita – e seus estudos não o deixam duvidar – “que essas normas legais não tem sido cumpridas e que, na prática, tenha se frustrado o sentimento inicial de avanço democrático” decorrente da Constituição Brasileira (LIMA, 2005).

¹ Pesquisador sênior do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da Universidade de Brasília.

Um número expressivo de deputados e senadores, nas diferentes legislaturas desde 1988, é concessionário e continua a exercer cargos e/ou funções nas suas próprias concessões de rádio e televisão.

[...]

Mais do que isso: deputados e senadores concessionários de rádio e televisão têm participado ativamente nos trabalhos da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), na Câmara dos Deputados, e da Comissão de Educação, no Senado Federal, instâncias decisivas não só na tramitação dos processos de renovação e de homologação das novas concessões, mas também na aprovação de qualquer legislação relativa à radiodifusão (LIMA, 2005).

As concessões para emissoras de rádio e TV são objeto de decreto do presidente da República, dependendo sempre da aprovação do Congresso. Contudo, quase que por aclamação as concessões são sempre renovadas e o poder (de dizer a palavra) permanece nas mãos de uns poucos. “Levantamento divulgado em novembro de 1995, indicava que [...] das 2.908 emissoras de rádio, 1169 pertencem a políticos ou ex-políticos” (LIMA, 1998). As conseqüências disso são enormes e contribuem para a manutenção da concentração de mídia no país. Podem ser definidas como “a perpetuação do velho coronelismo na política brasileira, só que agora travestido de coronelismo eletrônico”.

Muitos políticos, alguns de expressão nacional e outros de peso exclusivamente regional, fizeram nos últimos anos do rádio e da televisão instrumentos para se comunicar com os eleitores. Alguns já controlavam rádios e TVs e apenas aumentaram o seu aparato de comunicação. Outros ou estão entrando agora nessa área ou experimentaram recentemente inegável progresso nesse terreno. Quase todos foram beneficiados pelas licenças para funcionamento dadas durante o governo Fernando Henrique [...] (Observatório da Imprensa, acesso em 20 set. de 2006).

“A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) informa que no Brasil existem aproximadamente 3 mil emissoras de rádio comerciais e 7 mil comunitárias, sendo que esse número deve dobrar nos próximos dez anos” (SOUZA, acesso em 20 set. 2006). Há ainda várias outras que funcionam, porém sem a devida autorização.

Não há, no Brasil, Ibope ou similar que mensure a comunicação comunitária nacional. Por isso, é impossível determinar o tamanho e o alcance dessas manifestações de expressão local. Mesmo porque muitas funcionam informalmente e, no caso das rádios comunitárias, sob o risco de serem fechadas, porque a grande maioria transmite sem outorga ou descumpre, em algum ponto, a legislação criada para regular sua atuação (ARede, 2006).

Uma parcela dessas rádios comunitárias, que não possuem autorização, não fazem questão dela, pois acreditam que o ar é um bem público e todos, por direito, devem tomar posse dele espalhando suas idéias, músicas e informações. Outra parte, no caso a maioria, busca a concessão para funcionar, porém não consegue. Todo ano diversos grupos ligados a setores da sociedade civil organizada tentam regularizar a situação de suas rádios que geralmente – e até hoje! – são usadas como moedas de troca entre políticos e empresas e entre políticos e religiões.

Mesmo com o advento da TV, que chegou por aqui na década de 50, o rádio continua sendo o predileto dos brasileiros, tanto que “até 1995, as pessoas despendiam maior tempo ao rádio do que a qualquer outro meio de comunicação, seja em casa, no carro ou no trabalho – 3h45min. O segundo colocado foi a televisão com 3h24min, seguido de jornal: 57min e revista: 54min” (SANTOS apud FERRARETTO, 2005, p.67)².

O Brasil é o segundo país do mundo em número de emissoras de rádio, perdendo apenas para os Estados Unidos, onde o número ultrapassa 12 mil emissoras (SANTOS, apud MARTINS, 2005, p.108). Em números exatos, de acordo com os anais do 2º Seminário Políticas Públicas e Radiodifusão, ocorrido em setembro de 2004, na Bahia, são 6.209 emissoras de rádio. (SANTOS, 2005, p.49).

Em muitas áreas deste nosso extenso país ele sempre foi – e ainda é – o único meio de informação. Nos locais onde a energia elétrica ainda não chegou – e isso ainda é uma realidade no Brasil – o rádio de pilha continua sendo o melhor companheiro do homem (LÓPEZ VIGIL, 2003, p.16).

² Estes números são de uma pesquisa realizada em 1995 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) sobre o tempo médio dedicado pelo público aos meios de comunicação (SANTOS, apud FERRARETTO, 2005, p.67).

A TV possibilitou o ver além do ouvir. Logo, o rádio foi obrigado a reavaliar alguns conceitos e determinadas práticas. Com isso o “furo” na notícia, o ao vivo no instante em que algo importante acontece e o carinho com a audiência através das músicas tornaram-se uma obsessão e uma arma para manter-se vivo, em pé de igualdade com a TV. “O rádio mudou a cartilha da imprensa. A televisão mudou a do rádio. Atualmente, a globalização mudou a da cultura e a revolução tecnológica mudou a cartilha de todos os meios de comunicação” (LÓPEZ VIGIL, 2003, p.19). E uma destas mudanças podem ser notadas nos projetos que inserem a comunicação no espaço escolar ou trabalham conjuntamente a comunicação social e a educação. O rádio, por necessitar de uma estrutura mais simples, é um dos meios prediletos dos que ousam trilhar por esta interface.

As questões ligadas a concentração de poder, tanto no que diz respeito a informação propagada pelos meios quanto a proferida pelas escolas, encontram em Paulo Freire um foco de resistência. Sua crítica vai de encontro aos “meios de comunicados às massas, através de cujas técnicas as massas são conduzidas e manipuladas” (FREIRE, 1968, p.72) e aos educadores que simplesmente depositam conteúdos em seus educandos (FREIRE, 1987, p.57 e 58). “Desde suas primeiras experiências no nordeste brasileiro, no início dos anos 60, ele buscava fundamentar o ensino-aprendizagem em ambientes interativos, através do uso de recursos audiovisuais. Mais tarde reforçou a necessidade do uso de novas tecnologias [...] (GADOTTI, 1997)”.

Não é por acaso que Paulo Freire atribui grande importância ao diálogo e a comunicação nas relações pedagógicas. Ele sabe (e os políticos também): o homem que detêm a palavra detêm o poder. Ao utilizar um meio de comunicação para benefício próprio, o interesse de quem assim o faz é apenas permanecer no domínio contando sempre com o voto, a dependência ou com a passividade daqueles que o ouvem. Estas lideranças políticas jamais se comprometem com um processo de libertação dos homens.

Baseados neste quadro – que não é apenas nacional, mas mundial³ – surgem novas formas de se fazer e repensar o papel da mídia e conseqüentemente

³ No cenário da globalização contemporânea, a conseqüência mais evidente da convergência tecnológica no setor de comunicações, é a enorme e sem precedentes concentração da propriedade, provocando a consolidação e a emergência de um reduzido número de megaempresas mundiais (LIMA, acesso em 2 nov. 2006).

do rádio. Algumas dessas formas encontraram terreno fértil ainda nos “anos de chumbo”. Entretanto foi apenas a partir da abertura política que a maioria das ações de democratização midiática eclodiram pelo Brasil. As rádios livres aproveitaram o ensejo e foram levadas por esta frequência. As escolas acompanharam a tendência e passaram a ver nos meios de comunicação bons aliados para o conhecimento. Apesar da rádio livre não estar necessariamente ligada a uma proposta de rádio educativa, ambas trazem no seu bojo algo em comum: a expectativa de construir algo diferente do que está historicamente colocado.

2 - O DIREITO À PALAVRA NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

O direito à palavra se equipara ao direito humano à vida, visto que o homem é essencialmente comunicação (LIMA, apud FREIRE, 1981, p.63). Sendo assim, boa parte dos países estabeleceram suas leis sob os princípios básicos dos direitos dos seres humanos e de sua liberdade, inclusive liberdade de expressão. O

Pacto de São José da Costa Rica é considerado um marco na história da humanidade pois definiu sistemas de regulamentação referentes aos Direitos Humanos, direitos estes que devem ser observados por Estados e indivíduos de tal forma que em dados momentos os países signatários necessitem rever suas próprias leis nacionais em favor das internacionais (COELHO NETO, apud ACCIOLLY, 2002, p.112). No artigo 13 deste pacto consta que

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade a liberdade de buscar, receber e difundir informações e idéias de toda natureza sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha (COELHO NETO, 2002, p.114).

Seguindo este mesmo percurso referencial, a Constituição Brasileira de 1988 versa, durante todo o Capítulo V, a respeito da Comunicação Social. Antes mesmo, no Capítulo I, art. 5º em seus termos IV e IX o tema liberdade de pensamento e expressão já são citados de forma bem clara. No entanto entre a lei e a prática existe um imenso abismo quando o assunto é radiodifusão.

O Ministério das Comunicações (MiniCom) surgiu na ditadura militar. Antes, em 1961, no governo Jânio Quadros, apareceu o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) com o objetivo de regulamentar o setor. Em 1962 a lei 4.117⁴, chamada Código Brasileiro de Telecomunicações, entrou em vigor. Com a nova carta magna do país o MiniCom – órgão ligado ao poder executivo – passou a elaborar toda política pública do setor de comunicação abrangendo as áreas de radiodifusão, telecomunicações e serviços postais (COELHO NETO, 2002, p.90).

O Ministério das Comunicações estabelece três tipos de emissoras de rádio enquanto geradoras de conteúdo e independentemente de serem AM ou FM. São elas: comerciais, educativas e comunitárias. Esta diferenciação passou a ser feita desta forma a partir do surgimento das comunitárias em 1998 (SANTOS, 2005, p.71).

⁴ Este código, mesmo ferindo alguns conceitos constitucionais e não versando sobre rádios comunitárias, ainda é utilizado pelos órgãos federais contra as rádios não-concessionárias (COELHO NETO, 2002, p.116).

As rádios comerciais são as rádios que operam a partir de concessão do Governo Federal. Seu objetivo é o lucro a partir da venda de espaço publicitário para os seus clientes. “Os candidatos a receber os canais se habilitam quando existem editais abertos no Ministério das Comunicações” (SANTOS, 2005, p.73).

Já as rádios educativas funcionam seguindo uma lógica e uma regulamentação diferente das comerciais. Pertencem à universidades, ao Estado e à fundações – que em vários casos gerem financeiramente os estabelecimentos de ensino superior do país.

As emissoras educativas têm como diferencial a proibição da obtenção de lucro, mas podem se manter graças ao apoio cultural. Essas emissoras educativas operam de acordo com o poder econômico da entidade a qual representam e com as possibilidades técnicas de determinada região. A concessão pode também ser renovada ou revogada, dependendo do trabalho efetuado pela emissora (SANTOS, 2005, p.73).

A lei nº9.612 de 19 de fevereiro de 1998 instituiu o atual serviço de radiodifusão comunitária. Sob protestos dos radioamantes nacionais a Lei das Rádios Comunitárias mais restringiu do que facilitou a vida já tão complicada desta mídia popular. No texto, além de constar os deveres relacionados à programação e estruturação das radcom, têm-se ainda várias assuntos de interpretação dúbia, principalmente quando cita o artigo 2º no qual “O serviço de radiodifusão comunitária obedecerá aos preceitos desta lei e, no que couber, aos mandamentos da lei nº4.117, de 27 de agosto de 1962, modificada pelo decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e demais disposições legais” (COELHO NETO, 2002, p.124).

Como se não bastasse, o Decreto nº2.615/98 regulamentou as rádios comunitárias da seguinte forma: estabeleceu a atual restrição dos mil metros a partir da antena transmissora acatando uma proposta da ABERT (COELHO NETO, 2002, p.127) e manteve o caráter punitivo da legislação do período ditatorial que considera crime passível de detenção por um ou dois anos (ORTRIWANO, 1985, p.35).

Além dos três tipos de rádio regulamentados no país existem ainda outras iniciativas conhecidas como:

Rádio Corneta [ou rádio-poste] - Em cidades do interior funcionam, estas "emissoras" que propagam notícias, música e publicidade, através de fios e cabos ligados a alto-falantes ou "cornetas" espalhadas pelas ruas - principalmente nas praças e feiras. Muitos desses sistemas de som se auto-intitulam "rádios comunitárias".

Rádio Livre - É aquela montada por uma pessoa ou grupo com interesses próprios. Pode ser de esquerda, direita, comercial, anarquista, católica. Não existe legislação para ela.

[...]

Rádio Clandestina ou Ilegal – Aquela que opera às escondidas. As emissoras comunitárias jamais são clandestinas, porque não há como fazer clandestina uma comunidade, ou as pessoas que ocupam seu microfone (REDE VIVA FAVELA, acesso em 20 set. 2006).

A maioria das rádio-escolas espalhadas pelo país se configuram como rádio corneta (radio-poste) em razão da dificuldade de se manter uma rádio estruturada com transmissor/ antena e por conta da impossibilidade de se colocar esta rádio em um colégio para funcionar o tempo todo. A própria rádio-escola relatada neste trabalho é uma experiência deste tipo, rádio-poste.

A fiscalização do setor de radiodifusão no Brasil ficou por conta da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Ela, como uma autarquia, “não está subordinada a nenhum órgão de governo e suas decisões só podem ser contestadas judicialmente” (COELHO NETO, 2002, p.92).

Ampliando esse conceito de autonomia, além da independência administrativa, [a Anatel] conta também com independência financeira, garantida principalmente, pelos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), o qual é de sua exclusiva gestão”.

[...]

A Anatel conta ainda com Conselho Consultivo, formado por representantes do Executivo, do congresso, das entidades prestadoras de serviço, dos usuários e da sociedade em geral (COELHO NETO, 2002, p. 92).

O combate às rádios ilegais também é feito pela Polícia Federal, Ministério Público Federal e Justiça Federal.

O debate acerca da legalidade ou ilegalidade de determinada rádio não se esvazia numa simples análise documentária de um órgão do Governo Federal. É necessário entender como os meios de comunicação têm peso junto a opinião pública e influenciam na escolha de candidatos, nas tendências da moda e ditam boa parte dos costumes atuais. Durante muito tempo os grandes conglomerados de mídia nacional impediram que as rádios comunitárias não ascendessem a este nível. Continuariam relegadas a rádios ilegais, pejorativamente chamadas de “piratas” pelos empresários da comunicação.

Uma campanha da ABERT (Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão), sem apresentar uma prova sequer, encarregou-se de difundir boatos catastróficos, no sentido de que rádios comunitárias derrubam aviões. Outros rumores têm sido disseminados, não raro oriundos de supostas fontes idôneas, no sentido de que as “RadCom” não só derrubam aviões, mas também afundam navios e interferem em ambulâncias (COELHO NETO, 2002, p. 79).

Para que fique bastante claro é importante ressaltar que as rádios comunitárias operam em frequência modulada (FM) e tem alcance máximo de 1 KM⁵. Os ganhos delas não são exorbitantes, pois os anúncios reproduzidos ali são das lojas localizadas no bairro, farmácias e supermercados. Então porque as grandes redes se preocupariam com rádios tão incapazes economicamente? A palavra que é poder se configura como a única resposta plausível neste caso (LIMA, apud FREIRE, 1981, p.66). Imagine só se todos pudessem retratar seus próprios acontecimentos, trouxessem sempre um outro ponto de vista, diferente da já viciada opinião do jornalismo convencional. “Talvez essa seja uma das grandes novidades introduzidas pelas rádios livres [e comunitárias] nos meios de comunicação de massa: tornar o meio tão transparente quanto possível [...] (MACHADO, ARLINDO E MAGRI, 1986, p.30)”.

Todo o empenho dos radioamantes tem seu fundamento nos movimentos de liberdades radiofônicas que tomaram conta do planeta nos anos setenta quando a luta não era simplesmente pela liberdade econômica como gostavam de alardear os capitalistas, mas sim cultural, política e principalmente de

⁵ É óbvio que se esta rádio está localizada em um ponto alto, ou não existe nenhum obstáculo para a propagação de suas ondas sonoras, possivelmente seus domínios radiofônicos se ampliarão.

expressão. Estes ares libertários chegaram por aqui nos anos 80 e influenciaram a juventude brasileira, movimentos populares e os teóricos da comunicação.

2.1 - OS MOVIMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO RÁDIO E ALGUMAS INICIATIVAS

Em contraposição às produções e concepções radiofônicas existentes surgem na Itália as rádios livres. Em sua proposta constava o fim do monopólio da radiodifusão nas mãos do Estado e as políticas de concessões. “Difícilmente se poderá imaginar outra forma de viabilizar o acesso da sociedade aos meios de radiodifusão que não seja a devolução das ondas ao domínio público (MACHADO, ARLINDO E MAGRI, 1986, p.18)”.

Diferentemente das rádios piratas⁶, as rádios livres pretendiam disseminar a idéia de que todos podem e devem fazer comunicação via rádio. Este movimento de contestação ganhou vários adeptos mundo afora e também várias formas de se estruturar. Influenciou movimentos de revolução e foi utilizado para assegurar a liberdade de expressão dos que outrora se encontravam alijados do seu direito de pronunciar a palavra. Foi, durante boa parte da história, a voz daqueles que foram calados por regimes de repressão.

Em Vitória (ES), Eduardo Lima Ferreira operava a Rádio Paranóica, na faixa de 1.494kHz, transmitindo em diversos horários alternados. O estudante de 16 anos concentrava suas emissões das 19 às 20h, coincidindo com a rede obrigatória do radiojornal oficial Voz do Brasil. No dia 2 de fevereiro de 1971, a Polícia Federal apreende o equipamento utilizado e o rapaz só não foi preso porque era menor de idade (FERRARETTO, 2001, p.187).

Uma boa definição para caracterizar o movimento das rádios livres que incendiaram não só a Itália, mas também boa parte da Europa na década de 70 é o seguinte:

⁶ A pirataria é um fenômeno tipicamente inglês. A partir do final dos anos 50, algumas emissoras foram montadas dentro de barcos, para emitir fora das águas territoriais da Grã-Bretanha, como forma de burlar a tutela estatal. A rádio Merkur, por exemplo, emitia nas costas de Copenhague (Dinamarca), a Nord nas costas de Estocolmo (Suécia), a Verônica em águas holandesas, a Caroline e a Atlanta no mar da Inglaterra. Era costume erguer uma bandeira negra, como a dos corsários, nos barcos emissores, e esse detalhe deu origem à expressão “rádios piratas” (MACHADO; ARLINDO e MAGRI, 1986, p.60).

O movimento das rádios livres, iniciado na Itália em 1975, visava perfurar o monopólio estatal das telecomunicações, através de emissões de rádio ilegais ou não autorizadas. Nascidas no bojo de movimentos políticos contestatórios, as rádios livres estimularam as pessoas a passar da condição passiva de ouvintes para a de agentes ativos de seus discursos e a colocar no ar as suas idéias, os seus prazeres, as suas músicas preferidas, sem precisar de autorização para isso. As faixas de onda foram consideradas propriedade coletiva e cabia à coletividade usufruir delas (MACHADO, ARLINDO E MAGRI, 1986, p.59).

Porém, com a legalização das rádios livres na Europa, todo tipo de contestação passou a fazer parte de um passado que já não partilhava mais com o presente, nem era objeto de desejo para o futuro. Até mesmo na França, onde “as antenas livres se converteram rapidamente num dos mais significativos eventos políticos e culturais do final dos anos 70 (MACHADO, ARLINDO E MAGRI, 1986, p.71)”, a institucionalização foi um passo decisivo para o fim da liberdade de dizer a palavra. Segundo esses autores, o destino das rádios livres europeias foi selado com a sua legalização. Elas que haviam sabido resistir a todas as modalidades de repressão, não estavam preparadas para enfrentar a arma mais traiçoeira: a institucionalização (1986, p.77).

Na América Latina experiências deste tipo estiveram presentes em praticamente todos os países. Na Bolívia, em El Salvador e na Nicarágua, mineiros, guerrilheiros e sandinistas, respectivamente, construíram seus transmissores radiofônicos. Jamais se calaram quando a situação era desfavorável ou em momentos de perseguição. Em Cuba, o rádio foi utilizado pelas lideranças revolucionárias e principalmente por Ernesto Guevara. "Foi 'Che' quem teve a idéia de criar a Rádio Rebelde. Entre 1958 e 1959, essa rádio funcionou como instrumento de combate e uma arma político-militar de eficiência comprovada (MACHADO, ARLINDO E MAGRI, 1986, p.96)".

No Brasil (especialmente em Sorocaba), a partir da década de 80, surgem iniciativas que marcariam profundamente a constituição de um movimento engajado na batalha não apenas pelas rádios livres, mas também pela liberdade de expressão e por um meio de comunicação comprometido com a conscientização de seu povo. "Na metade dos anos 80, o rádio livre começa a ganhar contornos mais políticos. É usado para expressar posicionamentos cerceados pela grande mídia

(FERRARETTO, 2001, p.188)". No final desta década, a União Nacional dos Estudantes (UNE) organiza um encontro com o intuito de discutir e traçar diretrizes para este movimento.

Em 1989, a União Nacional dos Estudantes promove em São Paulo o I Encontro Nacional sobre Rádios Livres, no qual comparecem representantes de 10 estados. Surge o Coletivo Nacional de Rádios Livres, que participa, dois anos depois, da formação da Frente Parlamentar – origem do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FERRARETTO, 2001, p.188).

Nessa devolução da voz aos seres humanos, as rádios livres e seus radialistas libertários cumpriram um importante papel. Marcariam para sempre a história radiofônica do planeta munidos apenas de idéias na cabeça e do direito à palavra.

Talvez essa seja uma das grandes novidades introduzidas pelas rádios livres nos meios de comunicação de massa: tornar o meio tão transparente quanto possível, eliminar os intermediários, intérpretes, comentaristas e deixar que os acontecimentos sejam reportados pelos seus próprios personagens (MACHADO, ARLINDO E MAGRI, 1986, p.30).

Todavia boa parte das rádios brasileiras que começaram como livres tentaram autorização para funcionamento, buscaram enquadramento na lei das radcom. Muitas continuam na ilegalidade e acabam trabalhando com liminares judiciais, por causa da lentidão do Ministério das Comunicações, e outras deixaram de existir devido a perseguição da Anatel e da Polícia Federal.

2.2 - RÁDIO E EDUCAÇÃO

Utilizando-se dos aparatos tecnológicos contemporâneos para experimentar novas formas de produção de conhecimento e assim ligar a educação aos novos tempos, surgem, no decorrer dos anos, uma série de iniciativas unindo o rádio à educação. O próprio Governo Federal na década de 70 instituiu, através de

um decreto, a transmissão obrigatória programações educativas por todas as rádios do Brasil.

Iniciado em 1º de setembro de 1970, dentro do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura, em homenagem à deusa grega da sabedoria, o Projeto Minerva atendia um decreto presidencial e uma portaria interministerial de nº 408/70, que determinava a transmissão de programação educativa em caráter obrigatório, por todas as emissoras de rádio do país. Tal obrigatoriedade era fundamentada na Lei 5.692/71 que foi revogada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) (SOUZA, acesso no dia 19 de set. 2006).

Nesta proposta o objetivo maior era a educação de adultos através do ensino à distância e o rádio foi escolhido por ser um meio de grande familiaridade do público alvo (SOUZA, acesso em 19 set. 2006). Também nos anos 80 uma série de experiências educativas com a utilização do rádio tornaram-se realidade, porém agora sem a tutela do estado.

Algumas destas rádios utilizavam transmissores, pois conseguiram autorização junto ao órgão competente para funcionamento, outras foram ao “ar” com sistemas de alto-falantes mesmo (radio-poste). Em Campos, no Rio de Janeiro, duas experiências merecem destaque: a Rádio Visão e a Rádio Vanguarda Educativa. A primeira operava com alto-falantes espalhados pela escola.

A Rádio Visão foi instalada, em 1986, na Escola Técnica Estadual Professor João Barcelos, no Ensino Fundamental e Médio, e operava através de um circuito interno de alto-falantes. [...] A programação tinha a duração de vinte minutos diários, nos horários do recreio, com programação editada e produzida pelos alunos (MOTTA, 2005, p.43).

Já a rádio Vanguarda Educativa avançava em dois pontos preponderantes: utilizava-se de um transmissor de baixa potência com autorização do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e abria espaço para os profissionais de comunicação cujo papel era o de capacitador.

Sua transmissão era em rede interna, mas se utilizava de um pequeno transmissor de rádio (portanto sem fios). O sinal de áudio era captado por receptores acoplados às caixas de som amplificadas, instaladas em locais estratégicos na escola.

[...]

Antes do funcionamento, foram realizadas oficinas abertas para o curso de programador, locutor, jornalista e operador de áudio, ministrados por comunicadores e professores (MOTTA, 2005, p.44).

A constituição da primeira rádio escola remonta o final da década de 40 e início da década seguinte. Em 1950 a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) deu o primeiro passo rumo à exploração do veículo com objetivos educacionais.

"Um professor de Engenharia queria demonstrar aos seus alunos os princípios básicos envolvidos na construção de transmissores e na irradiação propriamente dita. [...] No dia 1º de julho de 1950, a reitoria da universidade obtém uma autorização para operar uma estação de radiotelefonia voltada à transmissão educativa" (FERRARETTO, 2001, p.140).

Atualmente a maioria das rádio educativas se encontram nas mãos das universidades. Algumas servem para o experimentalismo e contribuem para a formação dos alunos de comunicação social, por exemplo. Outras educativas, contudo, mantêm as mesmas características das rádios comerciais, são “fachadas” com interesse apenas no retorno financeiro.

Em um ramo onde o monopólio de mídia é predominante e a programação é completamente influenciada pelas gravadoras multinacionais, a existência/ sobrevivência de rádios educativas e comunitárias é um bom exemplo de que nem tudo está perdido para o futuro do rádio comprometido com o povo brasileiro.

A experiência relatada neste trabalho, apesar de possuir um público específico e até certo ponto restrito por se tratar de uma rádio-escola – que também é rádio-poste –, busca trilhar o caminho do direito à palavra e do meio de comunicação social comprometido com a transformação da sociedade. Baseados nesta premissa amparam-se os conceitos educomunicacionais. Estes, contudo,

estruturados por uma formação educacional crítica, libertadora, trazem de teóricos como Paulo Freire e Antonio Gramsci, que veremos adiante, marcas profundas.

3 - EDUCAÇÃO CRÍTICA NA PERSPECTIVA DE GRAMSCI E FREIRE: SEMENTES DA EDUCOMUNICAÇÃO

O filósofo Antônio Gramsci nasceu na Itália e foi militante do Partido Comunista Italiano no período ditatorial e fascista de Benito Mussolini. Perseguido, escreveu boa parte do seu pensamento na prisão. Na síntese de seus escritos sobre educação destaca-se a seguinte frase: “toda relação pedagógica é igualmente hegemônica (TAVARES, 1989, p.17)”.

Baseado em seus manuscritos, sendo ele um autêntico marxista e um dos maiores teóricos contemporâneos dessa corrente, é possível constatar a importância que Gramsci dá ao processo educacional em geral, às relações pedagógicas que permeiam toda a estrutura social e ao processo de transformação dessa sociedade. Segundo Tavares (1989, p.18), “se toda relação é hegemônica, então a educação só tem sentido integrada ao processo de transformação da sociedade”.

Seu pensamento está centrado, assim como o socialismo científico de Marx, na figura do proletariado: a classe social advinda da Revolução Industrial. Gramsci, no entanto, vai além ao analisar a estrutura e a superestrutura do capital e formula uma teoria baseada na elevação cultural, educacional das classes exploradas. A escola e o partido são preponderantes e devem trabalhar para consolidar, nas instâncias pedagógicas, a contra-hegemonia.

Nenhum plano de mudanças poderá ser realizado sem uma educação adequada aos interesses do proletariado, e esta educação adequada a missão histórica do proletariado exige uma nova escola, instrumento de contra-hegemonia e da nova cultura. Esta última, entendida em seu sentido político, torna possível a crítica do sistema anterior [...] (TAVARES, 1989, p.23).

Por cultura, segundo o filósofo italiano entende-se como:

organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista da consciência superior, pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e deveres (MOCHCOVITCH apud GRAMSCI, 1988, p.57).

Porém nada disso é feito de maneira espontânea. Pensando sempre no ser humano com um todo, o próprio homem deve repensar fórmulas – baseadas em suas experiências, percepções e conhecimentos – e, a partir da crítica à estrutura anterior, alcançar a liberdade no seu sentido mais amplo.

[...] educar é construir uma nova filosofia assimilável por todos os homens que, possuindo a filosofia espontânea do senso comum, têm o direito a uma compreensão crítica do mundo. Não se deve, em nenhum momento, pensar que os homens sejam incapazes de chegar a este ponto (TAVARES, 1989, p.46).

E pensando no coletivo é possível elevar o homem a uma nova racionalidade partindo da prática cotidiana da educação jamais neutra. “Somente

será verdadeira a liberdade que se afirma como ação coletiva e não individual, mas sem anular a personalidade de cada indivíduo (TAVARES, 1989, p.46)”.

Gramsci pensa em uma educação que forme, no indivíduo, a consciência de que o conhecimento individual só terá valor em relação com o social, que satisfaça os interesses particulares, mas também os coletivos (TAVARES apud RODRIGUES, 1989, p.44).

A intenção de Gramsci é trazer à tona questionamentos, dúvidas ligadas à sociedade capitalista e sua estrutura, onde a escola é uma das maiores aliadas. Neste aparelho ideológico do Estado “a educação serve ao poder, produzindo a separação entre a teoria e prática, entre cultura e política, entre saber elitizado e trabalho (TAVARES, 1989, p.44)”.

É difícil pensar uma educação comprometida com a parcela social menos favorecida, na sociedade da divisão em classes. Afinal, a própria estrutura existe para manter a ordem: de uma lado os que devem mandar (detentores da propriedade privada) e do outro os que devem obedecer (detentores da força de trabalho). Assim, o conhecimento comprometido com a causa dos verdadeiros produtores de riquezas dentro da esfera social deve se basear em uma educação que “conscientiza a classe subalterna, revela as contradições existentes e possibilita uma nova concepção de mundo, ponto de partida para uma nova relação social (TAVARES, 1989, p.44)”. O autor acrescenta (1989, p.43):

O papel que a educação desempenha tanto na ‘hegemonia’ como na contra-hegemonia, visa as relações sociais, que incluem o homem, cujo objetivo é modificar ou manter uma estrutura social.
[...] a modificação do homem se dá na medida em que se modifica o conjunto das relações do qual ele é o ponto central, podendo-se afirmar que ele educa se educando.

Outro ponto importante que permeia os escritos do filósofo e militante italiano diz respeito à crítica ao senso comum pela elaboração de um bom senso. Gramsci atribuía boa parte das “trevas” do povo à incapacidade da escola de ampliar questionamentos em torno da estrutura posta.

[...] qualquer processo de transformação passa forçosamente pelo senso comum criticado e pelo bom senso elaborado. O contato com os 'simples' como 'fonte dos problemas que devem ser resolvidos' é um dado imprescindível à ação transformadora pretendida por qualquer filosofia que deseje transformar-se em vida (MOCHCOVITCH apud GRAMSCI, p.57).

A escola tecnocrata italiana, idealizada pelo governo Mussolini e seu Ministro da Educação Giovanni Gentile, também é criticada, porque o ensino apenas técnico impossibilitava o crescimento intelectual dos filhos dos proletários, pois, cada vez mais cedo, estes eram incentivados, forçados a aprenderem uma profissão. Em contraposição, um tratamento diferenciado era dado aos filhos das elites, afinal, conforme o pensamento tecnocrata da época, “os estudos secundários são por sua natureza aristocráticos [...] os quais não podem corresponder senão àqueles poucos destinados de fato por seu gênio ou pela situação da sua família ao culto dos mais altos ideais humanos (TAVARES, 1989, p.60)”.

“Para Gramsci, a escola profissionalizante é uma forma imediatista de sujeitar a socialização das crianças e dos jovens, a formação dos homens, a lógica da produção, e portanto à lógica do capital [...] (MOCHCOVITCH, 1988, p.55)”. Escolas que tendem a preparar a cabeça dos filhos dos subalternos dessa sociedade capitalista em mentes capacitadas para o trabalho simplesmente, são o reflexo de uma técnica pré-concebida e bem estruturada. Cumprem o seu papel como um dos aparelhos da superestrutura. Reproduzem as condições de desigualdade e a própria ideologia dominante existentes no cerne da sociedade.

Porém a escola pode ser objeto, arma de transformação, “sempre que possa proporcionar às classes subalternas os meios iniciais para que, após uma longa trajetória de conscientização e luta, se organizem e se tornem capazes de ‘governar’ aqueles que as governam (MOCHCOVITCH, 1988, p.7)”. Sintetizando mais uma vez as questões educacionais ligadas ao pensamento de Antonio Gramsci, é possível dizer que “assim como a alienação é socialmente provocada, a conscientização popular também deve ser pedagogicamente provocada (TAVARES apud BARBEIRO, 1989, p.94)”.

O pensamento deste marxista italiano influenciou, e ainda influencia, muitos teóricos, filósofos ligados aos mais variados campos de estudos da estrutura/superestrutura do capital. Paulo Freire, grande educador humanista, foi um deles.

Um dos maiores teóricos da Educação no mundo, Paulo Freire, nasceu no Brasil. Seus estudos estão situados na libertação humana a partir do conhecimento pleno, da educação. Tal qual Gramsci, Freire via na educação crítica, conscientizadora, e não apenas técnica (FREIRE, 1968, p.88), o rumo para o homem simples, proletário alcançar a sua verdadeira emancipação. “A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica”. (FREIRE, 1987, p.9)

Freire começou as suas experiências na década de 60 em Pernambuco, terra onde nasceu. Lá testou pela primeira vez não só um método, mas uma nova forma de se conceber a Educação. Segundo Brandão (1981, p.8),

Mosssoró fica perto de Angicos, uma cidadezinha nos fundos do Nordeste, onde neste ano o sol seca e resseca tudo o que há. Foi ali onde, pela primeira vez – depois de uma pequena experiência em um bairro do Recife –, a equipe do serviço de Extensão Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, coordenada pelo professor Paulo Freire, testou o que veio a se chamar: ‘o método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos.’

[...] ali não se experimentava só um novo método, mas, através dele, um novo sentimento de Mundo, uma nova esperança no Homem.

A partir desta iniciativa Freire desencadeou um processo que culminou com a sua perseguição pelo governo ditatorial do país e, conseqüentemente, o exílio. Contudo a forma de se educar tanto adultos, quanto jovens, adolescentes e crianças seria consistentemente repensada. Seu legado atravessou fronteiras e alcançou o planeta. No período em que esteve no Chile, fez avançar o nível de alfabetização daquela população, chegando a receber congratulações da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco).

Pouco tempo depois da chegada ao Chile o país destaca-se entre todos do mundo pelo seu trabalho em favor do adulto analfabeto. O Chile recebe da UNESCO uma distinção como um dos 5 países que melhor contribuíram para superar o analfabetismo. Programas nacionais são desenvolvidos a partir das idéias e do sistema de trabalho de um brasileiro exilado (BRANDÃO, 1981, p.20).

Entre as propostas de Paulo Freire estavam os “círculos de cultura” e o aprender a ler o mundo partindo do seu próprio mundo. Para ele não é possível ensinar para um lavrador falando a linguagem de um doutor, usando caracteres, imagens ou qualquer outro tipo de comunicação que não faz parte do seu cotidiano. Imagine um operário chegando, depois de uma jornada macha de trabalho, na sala de aula e tendo que repetir no meio da noite: “Eva viu a uva”. “A ave é do Ivo”. “Ivo vai na roça” (BRANDÃO, 1981, p.23).

É preciso a aproximação, o diálogo, a reciprocidade em relação ao conhecimento. Afinal, não há homem absolutamente inculto (FREIRE, 1987, p.19). Também não há homens que sabem demais, até mesmo porque o saber pressupõe um eterno devir, pois o mundo está em constante mutação e construção.

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1968, p.25).

Em relação aos “círculos de cultura” – espaços onde os educandos e o mediador se reuniam para se educarem mutuamente – a intenção era que, em grupos, os educandos pudessem compartilhar conhecimentos e avançar no aprendizado da leitura. A presença de um coordenador-mediador nas reuniões trazia um significado diferente para eles – acostumados a enxergar no professor, locado em uma sala de aula, a referência do saber. Neste espaço cultural se lia o mundo comum àquele grupo, a partir de imagens e conversas. Porém o que torna o trabalho de Freire renovador é a capacidade de se poder ler o mundo social buscando a transformação deste a partir dos questionamentos. É a Pedagogia do Oprimido construída por ele, com ele e para ele.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1987, p.41).

Paulo Freire delega à comunicação um papel importantíssimo nesta luta pelo dizer a palavra, criticizar o mundo e transformá-lo. O conhecimento jamais pode ser “monólogo”, ou como ele mesmo diz: “aquele que é enchido por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende (FREIRE, 1968, p.28)”.

É imprescindível notar, em Paulo Freire, a fé que ele depositava no homem. Credo que este pode e deve ser livre, propõe um trabalho a partir da educação, mas sem deixar de lado todos as outras esferas sociais. A sua utopia não deixa de ser uma utopia política, econômica, cultural, ambiental entre outras. Em suas afirmações, todos os processos de conhecimento são processos pedagógicos. Deposita confiança nos homens que se baseiam no senso comum para definir parâmetros. Entretanto luta, com eles e junto deles, pela superação dessa forma de pensar a qual acredita ser um legado da sociedade capitalista. Sociedade que não lhe permite ser o agente transformador da história. Assim, “quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se inserem nela criticamente (FREIRE, 1987, p.40)”.

Freire é um homem religioso e seu pensamento é imbuído de otimismo e fé nos seres humanos. Ele sempre acredita que, a despeito de todas as adversidades e obstáculos, o homem, um dia, será livre. É neste sentido que ele é utópico. Mas sua utopia, [...] nada tem de ilusório, fantástico ou inatingível, mas trata-se de uma utopia revolucionária, que significa recusa em aceitar este *status quo* [...] (LIMA, 1981, p.129).

No fundo, para a educação estruturada sobre o capitalismo e que busca atender aos anseios dos homens que seguem a ganhar em um jogo como esse, é difícil a aceitação da palavra por quê. Ela contém desafios mil aos seres humanos, desafios que podem abater instituições e trazer novamente o homem oprimido ao cerne da decisão, porém agora munido de armas que outrora se mantinham nas mãos dos opressores. Segundo Freire, “nenhuma ordem suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: Por quê? (1987, p.75)”. Para muitos este tipo de dúvida a ser respondida cria um clima de desordem:

Não são raras as vezes em que participantes destes cursos [alfabetização pelos círculos de cultura], numa atitude em que manifestam o seu ‘medo da liberdade’, se referem ao que chamam de ‘perigo da conscientização’. A consciência crítica (...dizem...) é anárquica. Ao que outros acrescentam: Não poderá a consciência crítica conduzir à desordem? Há, contudo, os que também dizem: Por que negar? Eu temia a liberdade. Já não a temo! (FREIRE, 1987, p.23)

Da mesma maneira que o teórico lança mãos dos questionamentos feitos pelos participantes, ele também, citando o comentário de um operário, relata:

Não posso dizer que haja entendido todas as palavras que foram ditas aqui, mas uma coisa posso afirmar: cheguei a esse curso ingênuo e, ao descobrir-me ingênuo, comecei a tornar-me crítico. Esta descoberta, contudo, nem me faz fanático, nem me dá a sensação de desmoronamento (FREIRE, 1987, p.23).

De forma sucinta o autor, parafraseando Weffort – que prefaciou o seu livro *Educação como Prática da Liberdade* –, traz luz a estas questões complementando que “se a tomada de consciência abre o caminho à expressão das insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes reais de uma situação de opressão (FREIRE, 1987, p.24)”.

A situação de opressão diz respeito à sociedade capitalista e atualmente o seu formato mais aprofundado: o neoliberalismo. O pernambucano Paulo Freire sempre preocupou-se com a situação do planeta e cria totalmente que nesta sociedade da exploração indiscriminada o ser humano jamais poderia tornar-se humanizado, a não ser que tomasse as rédeas da história, escolhesse o seu destino.

A pedagogia neoliberal é uma pedagogia da exclusão justamente porque reduz o pedagógico ao estritamente pedagógico, buscando retirar da pedagogia a sua essência política. A pedagogia da esperança é o oposto da pedagogia da exclusão. Ensinar é inserir-se na história: não é só estar na sala de aula, mas num imaginário político mais amplo (GADOTTI, 1997).

Desde as primeiras investidas no Nordeste brasileiro, Freire sempre procurou ampliar o conceito de educação e as suas esferas de atuação a partir do diálogo. O processo de conhecimento é bem mais amplo e deve levar o ser humano a uma ação, a um progresso histórico. “A nossa convicção é a de que, quanto mais cedo comece o diálogo, mais revolução será (FREIRE, 1987, p.125)”.

Ora, a educação é um processo a longo prazo e precisa combater o imediatismo e o consumismo, se quiser contribuir para a construção de uma pós-modernidade progressista. A educação, para ser libertadora, precisa construir entre educador e educando uma verdadeira consciência histórica (GADOTTI, 1997).

O homem deve perceber que o conhecimento está além da sala de aula e isto exige uma prática muito mais complexa que perpassa toda a vida, todas as relações de interação com outros seres e com a Terra. Requer de nós o repensar a utilização de meios de elevação cultural dos homens. Do giz que toca o quadro ao dedo que toca a tela de um monitor tudo deve servir para o aprofundamento das relações humanitárias e recíprocas entre os seres.

Desde seus primeiros escritos [Paulo Freire] considerou a escola muito mais do que as quatro paredes da sala de aula. Criou o ‘Círculo de Cultura’, como expressão dessa nova pedagogia que não se reduzia à noção simplista de ‘aula’. Na sociedade do conhecimento de hoje isso é ainda muito mais verdadeiro, já que o ‘espaço escolar’ é muito maior do que a escola. Os novos espaços da formação (mídia, rádio, TV, vídeo [...]) alargaram a noção de escola e de sala de aula (GADOTTI, 2002).

Em 1980 Paulo Freire volta ao Brasil após 16 anos de exílio e muito trabalho para expandir a proposta da educação libertadora pelo mundo. Neste mesmo ano participa de um Congresso intitulado “Comunicação e Educação Popular”, realizado pela União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), e deixa a sua marca na nova etapa do método de Leitura Crítica da Comunicação (SUZINA E FAXINA, 2004, p.6). Conseqüentemente marcaria também o seu nome na história do emergente campo da Educomunicação no país.

Paulo Freire morreu em 1997 deixando um grande legado para a sociedade. Aos homens, que lutam constantemente para superar a irracionalidade instaurada, deixou uma tarefa árdua: buscar conhecer, sempre mais, a realidade como um todo, pois “a percepção parcializada da realidade rouba ao homem a possibilidade de uma ação autêntica sobre ela (FREIRE, 1968, p.34)”.

4 - EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DE EDUCOMUNICAÇÃO

Cada meio tem uma contribuição a dar para o desenvolvimento humano [...]. O desenvolvimento equilibrado do indivíduo requer um contato balanceado com os vários meios. Crescendo expostas a uma diversidade de meios de comunicação, as crianças podem não concluir sua educação com tanta prática em leitura, como antigamente. Mas adquirem um conjunto de habilidades mais diversificado do que era possível quando a linguagem escrita era o meio de comunicação de massa dominante (MARTINARI apud GREENFIELD, p.160).

Repensar práticas eleva o ser humano a uma nova categoria, a um novo estágio. Boa parte dos projetos educacionais nasceram, cresceram e se desenvolveram sobre a crítica ao sistema escolar do tipo “escola-empresa” onde “[...] a hierarquização das funções, a meritocracia, a determinação autoritária dos objetivos e onde a eficiência é sempre uma medida de julgamento para a avaliação do produto [...]” (D’ÁVILA, 1985, p.29).

É sabido que a escola prepara o indivíduo para a vivência em grupo, para a sua inserção em um espaço onde impera determinada cultura, língua e ciência e, nos últimos séculos, para o mercado de trabalho⁷.

“A educação, numa sociedade de classes, cumpre (como serviço oferecido e controlado basicamente pelo Estado) uma função legitimadora do *status quo*, na medida em que é a principal responsável pelo processo contínuo de socialização dos indivíduos. Uma de suas funções primordiais é, pois, a transmissão da ideologia dominante” (CUNHA, 1985, p.21).

Em meio a diferenças visíveis entre os atores sociais, a escola mantém a sua característica de “dissimular a verdade objetiva de sua relação com a estrutura das relações de classe, o que evidentemente favorece os interesses das classes dominantes” (D’ÁVILA apud BOURDIEU e PASSERON, 1985, p.46), afinal, seria difícil a harmonia social se assim não fosse. “A sociedade não poderia existir sem que houvesse em seus membros certa homogeneidade: a educação a perpetua e reforça, fixando de antemão na alma das crianças certas similitudes essenciais, reclamadas pela vida coletiva” (D’ÁVILA apud DURKHEIM, 1985, p.22). Contudo há que se perguntar: realmente, teria a escola esta específica função? Não teriam os homens escolhas próprias a partir do conhecimento adquirido tanto no ensino colegial quanto no saber diário?

É conveniente constatar que “em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, ‘a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes’. Os métodos da opressão não podem, contraditoriamente, servir à libertação do oprimido” (FREIRE, 1987, p.9). Todavia a contemporaneidade trouxe novos anseios. A disseminação em massa do conhecimento e da informação – ainda que meramente superficial em muitos casos – fez surgir novas práticas.

A transdisciplinaridade – tão comum em nosso tempo e alardeada a décadas por Paulo Freire⁸ e outros filósofos libertários preocupados com a formação

⁷ A escola pública, a instrução generalizada para todo o povo, é instituída pelo capitalismo no século XIX e corresponde a uma necessidade econômica do sistema: a generalização dos conhecimentos para a formação do know-how dos trabalhadores urbanos (CUNHA, 1985, p.16).

⁸ “Paulo Freire, na prática, sabia trabalhar com várias disciplinas ao mesmo tempo: a etnografia, a teoria literária, a filosofia, a política, a economia, a sociologia, etc. Trabalhava mais com teorias do que com

humana como um todo – propôs outros parâmetros para o ensino. Um ensino por completo, que sugira ao homem o caminho a seguir e não simplesmente o ordene a segui-lo. O ensino apoiado na prática, no viver diário, no diálogo, onde o saber emana do concreto, jamais do abstrato.

O que importa fundamentalmente à educação, contudo, como uma autêntica situação gnosiológica, é a problematização do mundo do trabalho, das obras, dos produtos, das idéias, das convicções, das aspirações, dos mitos, da arte, da ciência, enfim, o mundo da cultura e da história, que, resultando das relações homem-mundo, condiciona os próprios homens, seus criadores (FREIRE, 1968, p.83).

Sendo assim,

Algumas instituições escolares, conscientes das contradições presentes na sociedade e, conseqüentemente na escola, têm incorporado em seu contexto meios de comunicação, entendidos como recursos facilitadores do trabalho docente. Acreditam, assim, que com a utilização de linguagens audiovisuais, o aluno não encontrará tanta diferença entre a escola e a sociedade (PENTEADO, 1998, p.25).

Os teóricos da Educomunicação crêem que os meios de comunicação contribuem substancialmente para a (de)formação humana, entretanto percebem neles também bons aliados para a preparação de sujeitos mais conscientes do seu papel na sociedade, afinal, os *mass media* “atuam como mediadores das trocas sociais expressas nas relações comunicacionais” (PENTEADO, 1998, p.25).

[...] será tão somente na vivência de uma didática que exercite a capacidade comunicacional humana e pratique a educação como um processo específico de comunicação que as tecnologias comunicacionais ganharão a possibilidade de exercer o seu poder transformador, rumo a uma educação escolar formadora, reveladora, suporte para o exercício pleno da verdadeira cidadania (PENTEADO, 1998, p.13).

A idéia central de um trabalho educomunicacional tem base no diálogo. “O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo [...]” (FREIRE, 1968, p.67). Logo,

É preciso que a relação da escola com esses meios encaminhe-se para uma abordagem pedagógica que tenha por meta legitimar uma ideologia democrática de educação, tornando significativo e por esta razão, dinâmico e interessante o ensino/aprendizagem [...] (PORTO, 1998, p.28).

Sendo diálogo pressupõe que hajam duas ou mais pessoas compartilhando experiências, comunicando-se, criando “[...] conhecimento juntas, ao invés de transmiti-lo, dá-lo ou impô-lo” (LIMA, 1981, p.64). A cooperação rumo a uma nova maneira de refletir pressupõe “[...] que o ato de conhecer e de pensar estão diretamente ligados a relação com o outro. O conhecimento precisa de expressão e de comunicação. Não é um ato solitário” (GADOTTI, 2002).

Mas ninguém se conscientiza separadamente dos demais. A consciência se constitui como consciência do mundo. [...] As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo. Seu lugar de encontro necessário é o mundo, que, se não for originariamente comum, não permitirá mais a comunicação (FREIRE, 1987, p.15).

A comunicação, o diálogo, a compreensão e a cooperação são condições imprescindíveis para a plenitude do desenvolvimento humano e, conseqüentemente, social. “Obstaculizar a comunicação é transformá-los [os homens] em quase coisa” (FREIRE, 1987, p.125). Tanto a educação quanto a comunicação, para alcançarem os seus objetivos, devem, necessariamente, caminhar em direção ao diálogo que os impulsionará rumo a liberdade. Juntos, os dois saberes, devem criar condições que favoreçam novas formas dos sujeitos se relacionarem, inicialmente dentro da escola e concomitantemente no seio da sociedade.

É dentro desta cultura, em que a educação escolar recupera-se como processo de comunicação em que professor e aluno ocupam o lugar de sujeitos comunicantes, que as modernas tecnologias da comunicação poderão transformar a educação escolar, colocando-a no patamar da modernidade e contemporaneidade que desejamos (PENTEADO, 1998, p.21).

O resultado a longo prazo de práticas que incentivam a colaboração e o diálogo é a transformação do mundo. “Não há que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação” (FREIRE, 1968, p.51), porque somente assim “[...] os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em co-laboração” (FREIRE, 1987, p.165).

[...] poder-se-ia argumentar que o tipo ideal de comunicação definido por Freire só seria possível em sociedades que tivessem sofrido uma transformação radical [...] onde as instituições dos mass-media não pertencem a proprietários privados, mas se tornem parte do processo global de transformação revolucionária (LIMA, 1981, p.126).

A Educomunicação surgiu da aproximação de saberes ligados principalmente a área de Educação e Comunicação. A sua consolidação remonta a década de 90, no entanto os esforços são anteriores e emanam da própria sociedade civil organizada. “Este conceito [...] tenta pensar os meios de comunicação em sua relação com a vida social e [...] o espaço educativo como permeado por estes meios” (LAGO E ALVES, acesso em 19 set. 2006). Surge, de acordo com Soares,

[...] graças a um grande esforço produzido de forma alternativa até atingir a grande mídia, com a participação de comunicadores, educadores e de pessoas das mais diversas áreas, que se juntaram e passaram a trabalhar com referenciais teóricos e metodológicos de várias áreas das ciências humanas e acabaram constituindo um movimento social em torno da cidadania, da democracia e em torno da luta para quebrar a hegemonia dos sistemas estabelecidos (AGÊNCIA EDUCABRASIL, 2001).

Em parte da década de 80 e início dos anos 90 a maioria dos teóricos ligados a este novo campo mantiveram-se concentrados nos benefícios e malefícios

causados pela mídia e a indústria cultural. Tratava-se de perceber como estas influenciavam as pessoas e, conseqüentemente, conscientizá-las sobre a importância de se fazer uma leitura crítica dos meios de comunicação e de lutar por qualidade e veracidade na recepção da informação.

Uma gama significativa de estudos (arrolados, principalmente, pela crítica formal da Escola de Frankfurt ao papel pernicioso dos meios de comunicação na formação do gosto e da cultura) vêm apontando, ao longo dos anos, para a necessidade de se reinventar novas relações entre a mídia e a audiência de forma que o aparato da recepção seja menos verticalizado e tampouco dependente dos aparelhos ideológicos das estruturas de poder (TEIXEIRA, acesso em 2 nov. 2006).

Um dos grupos, por exemplo, que pode ser destacado aqui – é destaque porque dentro dele surgiram muitos teóricos e estes se mantêm, até hoje, como vanguarda nos estudos de Educação, Cultura e Comunicação⁹ – é o programa de Leitura Crítica da Comunicação (LCC). Desenvolvido pela União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC) na década de 80 e tendo como princípios a ética e cidadania cristã, pretendia unir esforços junto a sociedade civil para aprofundar o conhecimento sobre os processos de comunicação. “Na sua primeira fase, o programa de LCC tinha uma preocupação marcada pela análise a partir das classes sociais por ser, naquele momento, um instrumento eficaz de compreensão da disputa pela hegemonia dos valores presentes ao longo do tecido social (SUZINA E FAXINA, 2004, p.2)”.

Atualmente as investidas no campo da Educomunicação são propostas de várias instituições, porém estudiosos alertam sobre as iniciativas que não buscam transformar a realidade deplorável da mídia contemporânea.

⁹ Nomes como Ismar de Oliveira Soares, José Marques de Melo, José Manoel Morán, Elson Faxina entre outros, desenvolveram atividades junto ao LCC e aprofundaram o campo educação-comunicação. Leonardo Boff e Muniz Sodré também contribuíram de alguma forma para o programa com desenvolvimento de materiais didáticos e palestras.

No que diz respeito ao emprego de meios na educação, bem vindos sejam, desde que sejam aplicados crítica e criativamente, a serviço de um projeto pedagógico, ultrapassando a mera racionalidade tecnológica; como meios de comunicação e não de simples transmissão; como promotores do diálogo e da participação; para gerar e potencializar novos emissores mais do que continuar fazendo crescer a multidão de receptores passivos. Enfim, não meios que falam e sim meios para falar. (TEIXEIRA, apud KAPLUN, 1999, p. 74)

Trabalhos envolvendo a comunicação e a educação existem bem antes do conceito Educomunicação se consolidar. Entretanto a contemporaneidade trouxe “transformações profundas [...] no campo da constituição das ciências, em especial as humanas, levando a uma derrubada de fronteiras, de limites, de autonomias e de especificações” (SOARES e MACHADO, acesso em 20 set. 2006). A transdisciplinaridade trouxe benefícios para os estudos educacionais, pois passou a conceber o conhecimento como um todo.

O conceito de educomunicação, que no Brasil serviu de fio condutor para a elaboração e execução de vários projetos dentro dos ambientes escolares – formais e informais – pode ser definido como o conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem (LAGO e ALVES, apud SOARES, acesso em 19 set. 2006).

Para ser mais específico a proposta da Educomunicação tem alguns pontos que norteiam o desenvolvimento das atividades. São eles:

[...] mediação tecnológica – área do uso dos recursos da comunicação nos espaços educativos (tecnologias educacionais); educação para a comunicação – área dos estudos de recepção e do desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados para a leitura crítica dos meios de comunicação tanto na educação formal quanto na não formal; gestão da comunicação no espaço educativo – área de ações que implicam na elaboração de diagnóstico, implementação e assessoria a projetos e programas inseridos nesta interface e reflexão epistemológica sobre o campo (LAGO e ALVES, apud ALVES, acesso em 19 set. 2006).

Com o avanço tecnológico muitos espaços de interação e confluência das áreas de comunicação e educação foram criados. Afinal, conforme documento da 4a Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes, “a mídia vem assumindo funções antes desempenhadas apenas por familiares e educadores, sem que esteja preparada para lidar com este desafio gigantesco”.

O desenvolvimento tecnológico criou novos campos de atuação e espaços de convergência de saberes. Nesse sentido, reconhecemos a inter-relação entre comunicação e educação como um novo campo de intervenção social e de atuação profissional, considerando que a informação é um fator fundamental para a educação (FOGLI, acesso em 20 set. 2006).

Neste exemplo enquadra-se o projeto educom.rádio desenvolvido pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo (NCE-ECA/USP) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) entre 2001 e 2004. Nela professores, alunos e pais se envolveram com a produção de rádio na escola. A partir de conteúdos baseados na Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, entre outros, pretendia-se valorizar as relações escolares prevenindo, desta forma, a violência urbana.

O projeto Educom-Rádio surge então neste contexto e propõe o emprego da linguagem radiofônica através da introdução de um laboratório de rádio em cada escola. Assim, objetiva o desenvolvimento de práticas pedagógicas solidárias e colaborativas que permitam à comunidade escolar dar respostas construtivas aos problemas da convivência diária, além de propiciar uma melhora na compreensão e na aprendizagem das várias linguagens próprias da sociedade da informação, conforme recomendam a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental (MOTTA, 2005, p.48).

De fato é em São Paulo que se dão as grandes propostas e os grandes passos no estabelecimento da Educomunicação no país. A existência de um núcleo (NCE) engajado nos estudos teóricos e nas possibilidades práticas deste emergente

campo faz com que a produção acadêmica se concentre na capital paulistana. Além disso,

[...] a educomunicação é lei na cidade de São Paulo. A Câmara Municipal aprovou o projeto do vereador Carlos Neder (PT-SP), que introduz a educomunicação na esfera da administração pública. De acordo com a LEI Nº 13.941, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2004, ficou instituído o Programa EDUCOM - Educomunicação pelas ondas do rádio, no âmbito da Administração Municipal (MIDIATIVA, acesso em 4 nov. 2006).

Desde a implantação do educom.radio em 455 escolas da rede pública de São Paulo, mais de 11 mil pessoas foram alcançadas. "A linguagem radiofônica foi escolhida como central por permitir o resgate da oralidade do aluno, aspecto que tem se mostrado fundamental para ajudar a ampliar sua auto-estima" (ALVES E LAGO, acesso em 2 nov. 2006).

Outro destaque é o educom.tv. Nele cursos foram ministrados para 1940 professores de 89 escolas paulistanas. "O trabalho desenvolveu não apenas novas metodologias de formação continuada como ampliou o conceito segundo o qual os processos educadores e comunicadores constituem-se, hoje, num mesmo e único movimento [...]" (CITELLI, 2004).

No curso, o procedimento de ensino e aprendizagem foi seqüencial e exploratório. Os conceitos, tais como Educomunicação, Ecossistema Comunicativo, Cultura Midiática, relação entre Comunicação, Cultura e Tecnologia, Textos não Escolares, Linguagem Audiovisual, que sustentavam as discussões, foram apresentados em dez lições. A expectativa era a de que os cursistas, por meio da leitura e da discussão dos textos motivadores e complementares, com seus tutores e com a elaboração dos exercícios, fizessem as necessárias aproximações e configurações em seu próprio universo simbólico a respeito do que os autores propuseram, de modo a elaborarem de forma coletiva, ao final do curso, um projeto educomunicativo (SOARES, acesso em 4 nov. 2006).

Ao propiciar a prática e, conseqüentemente, a reflexão acadêmica, estes projetos têm tomado grandes proporções motivando experiências em outros lugares do Brasil.

Objetivando desfrutar as grandes colaborações que a Educomunicação tem para a ampliação do conhecimento, o diálogo na escola e na sociedade foi feita uma parceria entre a USP, o MEC e a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (envolvendo ainda os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul) para a execução do educom.radio centro-oeste. Escolas onde a regra era o quadro-negro e o giz, hoje estão equipadas com microfones, aparelhos de CD, mesa de som, transmissor, antena e caixas receptoras (EDUCOM.RADIO.CENTRO-OESTE, 2005).

O desdobramento desta experiência foi a criação, por alunos e professores, de experiências de uso da rádio-escola para atender as comunidades ao redor dos colégios. Há iniciativas como a da rádio Força Jovem, na escola Nadir de Oliveira, em Várzea Grande (MT), e em reservas indígenas como a de Amambaí (MS), onde 25 estudantes da Escola Municipal Coroa Sagrada produzem informes em sua língua materna, o guarani (MIDIATIVA, acesso em 4 nov. 2006).

As teorias da Educomunicação pressupõem que a revolução tecnológica trouxe vários benefícios, mas se, conscientemente, não caminhamos em direção à democratização dos meios, da sociedade e rumo à libertação da palavra, continuaremos com essa distorção imensa entre os que fazem mídia e os que compram ou consomem mídia, entre os que não de eternamente falar e os que, conseqüentemente, ouvirão. Manteremos o domínio nas mãos daqueles que historicamente já o detém, pois “[...] o homem que ‘tem voz’ é um homem que é sujeito de suas próprias ações, um homem que projeta livremente o seu próprio destino” (LIMA apud FREIRE, 1981, p.66).

O vasto potencial da Revolução da Informação e Comunicação na promoção da diversidade e justiça social se tornará realidade apenas com a participação ativa de todos os setores da sociedade. As empresas de rádio e de teledifusão não são donas das ondas de difusão nem do ciberespaço¹⁰.

¹⁰ Declaração dos profissionais de Comunicação presentes na 4a Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes, ocorrida em 2004 no Rio de Janeiro.

Dentre as metodologias utilizadas nas experiências educacionais citadas anteriormente estão as mesmas que o presente trabalho propôs-se a compartilhar: a cooperação, o diálogo, a gestão participativa, utilização das novas tecnologias para a educação e a cultura, tendo como base propostas claras de democratização da comunicação social e retomada da palavra, e não apenas a inserção pura e simples de mídias nas escolas.

Assim em nossa experiência na escola “Edna de Mattos Siqueira Gaudio”, antes de veicularmos qualquer coisa, lemos textos que pudessem nos dar uma noção mais clara sobre o papel da comunicação e do comunicador na sociedade em geral e, especialmente no espaço escolar. Complementamos nossa busca com a Filosofia, que nos dava uma noção clara do papel do homem como ser social. Ouvimos também programas de rádio educativos e assistimos a um filme sobre a constituição de uma rádio comunitária, e discutimos como poderia ser a nossa rádio. Tudo era decidido a partir e através do debate, da exposição de idéias, da aprovação ou consentimento dos componentes como detalharemos no próximo capítulo.

5 - A PESQUISA DE CAMPO

5.1 - HISTÓRICO DO BAIRRO JESUS DE NAZARETH

“Gosto daqui. Não trocaria este lugar por nenhum outro, porque quando está tudo muito complicado, basta olhar para esta vista maravilhosa e o seu astral muda!”
(CARVALHO, 2006)

O bairro Jesus de Nazareth está situado basicamente no morro em frente ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo (DIO). Seu crescimento se deu a partir da ocupação desordenada do espaço urbano. Casas muito próximas uma das outras e ruas estreitas são uma realidade. “O projeto Terra, iniciado em 1998, veio melhorar as nossas condições. A intenção era que os acessos do bairro fossem estruturados – com pavimentação, calçamento –, as encostas fossem protegidas e novas casas fossem construídas. No entanto boa parte das ações previstas ainda não saíram do papel”, afirmou Vânia Maria Mattos de Carvalho, moradora de Jesus de Nazareth há 44 anos e agente comunitária de saúde.

Vânia Maria conhece como ninguém as pessoas e as histórias do bairro. “Quando eu era adolescente, quando a violência não amedrontava como hoje, meus amigos e eu ficávamos na rua até a hora em que as luzes do convento da Penha se desligavam – por volta das 23h. Certa vez eles, lá do convento, atrasaram para desligar a iluminação e nós chegamos em casa atrasados também. Nossos pais brigaram, porém chegamos todos em casa bem, sem nenhum problema com violência na rua”.

Atualmente a agente comunitária de saúde reconhece as dificuldades de viver uma vida como a que ela viveu em qualquer lugar de Vitória, mas sabe que muita coisa pode ser melhorada para transformar o destino das futuras gerações de Jesus de Nazareth. “A população do bairro gira em torno de 3.550 pessoas e boa parte dos pais de família vivem da pesca ou do comércio de frutos do mar. Muitos lares – dos mais de mil cadastrados pelos agentes de saúde – passam por necessidades e carecem de algum tipo de auxílio, principalmente do Estado. A média de filhos é alta e o índice de adolescentes grávidas é preocupante. O problema da dependência química é uma realidade entre nós, já que muitos pais são usuários de crack, cocaína e álcool. Para ambos os casos temos feito um trabalho árduo de conscientização, mas não é fácil”. Além disso, precisamos de uma área de lazer e mais escolas, pois existem muitas crianças neste local. Os colégios daqui não dão conta”, enfatizou.

Segundo Vânia Maria a grande contribuição do colégio Edna de Mattos Siqueira Gaudio na melhoria do bairro diz respeito ao processo de alfabetização de adultos e as muitas atividades desenvolvidas para as crianças. “Manter o aluno na escola é importante para retirá-lo da rua onde ele é presa fácil do tráfico. Certa vez uma mãe que não tinha quintal nem varanda para as suas crianças brincarem me procurou e com muita preocupação disse que tinha medo dos traficantes, pois havia escutado da própria boca deles que os filhos dela já estavam quase na hora de trabalhar no tráfico. Isso amedronta qualquer mãe”.

5.2 - HISTÓRICO DA ESCOLA EDNA DE MATTOS SIQUEIRA GAUDIO

“A escola começou a ser construída em 1989 ficando pronta em 1992. A necessidade veio por conta do crescimento da cidade e do bairro Jesus de Nazareth, além da falta de uma escola que atendesse a comunidade. Os estudantes residentes aqui precisavam se deslocar para muito longe em função da falta de um colégio mais próximo. Atualmente atendemos, aproximadamente, 720 alunos nos três turnos em que funcionamos”. As palavras da diretora do colégio entre os anos de 1997 à 2005 resumem o contexto em que a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Edna de Mattos Siqueira Gaudio” se insere. Leda Lucia Renan de Araújo Porto é pedagoga e uma das mais antigas funcionárias “do Edna”.

Como na maioria das escolas, os alunos vêm nos estudos a oportunidade de mudar de vida, ascender socialmente. “Por aqui a história não é diferente, até mesmo porque o colégio está inserido em um bairro de baixa renda, onde o tráfico tem suas raízes bem fortes”, comentou a ex-diretora.

Apesar da presença dos traficantes, a escola sempre foi respeitada por toda a comunidade. “Nunca houve assalto por aqui e a postura do colégio, historicamente, tem contribuído para a mudança do contexto social de Jesus de Nazareth”, afirmou Leda. Um dos segredos para o bom funcionamento do Edna de Mattos Siqueira Gaudio está no envolvimento dos pais e associação de moradores, capitaneado pela escola, nas tomadas de decisões nos conselhos escolares. “Buscamos despertar na comunidade o seguinte sentimento: a escola é de vocês. Consequentemente todos acabam trazendo seus anseios para cá, e dessa forma ‘o Edna’ cumpre seu papel junto ao bairro e o bairro junto a escola”, completou Leda.

5.3 – O SOM DA RÁDIO MJN: AS VOZES DOS ALUNOS

A constituição da rádio MJN não diz respeito apenas ao seu aspecto sonoro. A inserção deste veículo de comunicação na EMEF “Edna de Mattos Siqueira Gaudio” vai além, por se tratar de um trabalho acadêmico.

Com o intuito de reproduzir o que de relevante ocorreu nas reuniões com os estudantes foi feito um diário de campo no qual, em ordem cronológica, está explícito que a rádio MJN nasceu para ser um canal de expressão dos estudantes. Ao utilizar este método caracteristicamente antropológico, buscamos escrever os

momentos vividos na escola na presença dos alunos. Algumas falas são referentes à entrevistas e uma maioria é concernente a observação a partir do “fazer com” os alunos.

Sendo assim, o nosso primeiro dia na escola, ou seja, dia 4 de abril, se resumiu a conversas com professores, diretora, pedagoga e, mais profundamente, com alunos. Após apresentação e aprovação do projeto foram escolhidos os 20 estudantes – dos cerca de 50 existentes nas duas sétimas séries vespertino¹¹ – para participarem da organização da rádio-escola. Eles foram selecionados a partir de um questionário contendo as seguintes perguntas:

1. Você ouve rádio regularmente?
2. Que rádio você ouve?
3. Na sua opinião, para que serve o rádio?
4. Se hoje você tivesse uma rádio nas mãos o que faria?

As suas respostas foram que o rádio serve para receber informação que não se vê na TV, para entender as pessoas e divulgar as notícias, para acalmar, transmitir mensagens e também é um meio de comunicação que pode ser usado para acabar com a violência, com o preconceito, com a fome ajudar na comunidade e incentivar o esporte capixaba.

Os que responderam que o rádio serve para educar, ensinar, unir, discutir e não só apenas para tocar músicas¹² foram escolhidos. Atendendo a um pedido, a escola também indicou seis alunos que possuíam dificuldades de se comunicar ou se relacionar. Logo, foram 14 selecionados por questionário e 6 por indicação completando assim os 20. As reuniões aconteceram entre Abril e Setembro, às terças e sextas feiras, das 16:40h às 17:30h¹³. Não há chamadas, ou

¹¹ O trabalho se prestou a interagir com alunos de sétima série porque estes ainda permanecerão mais um ano nesta escola de ensino fundamental.

¹² Isso ocorreu pensando no futuro desta iniciativa. Afinal, é do interesse da escola que a rádio permaneça funcionando. No entanto esta deve ter alguma perspectiva pedagógica e não apenas ligada ao entretenimento para que não se esvazie futuramente.

¹³ Às vezes a reunião acontece apenas uma vez por semana porque outras atividades estão ocorrendo no horário, ou porque eu não posso me fazer presente devido a um outro trabalho etc...

qualquer lista de frequência. Os interessados participam e os desinteressados me avisam se querem continuar ou não. Desde o início esta relação sincera ficou bem clara. Dos vinte que iniciaram, dez deixaram o projeto no decorrer dos meses. Desses pelo menos seis me avisaram.

7 de abril

Começamos com uma conversa rápida sobre as questões do dia anterior – qual o propósito do projeto rádio-escola, como será a nossa ação, porque eles foram escolhidos – e de início ressaltai a importância de se perguntar o porquê de tudo o que acontece. “Na medida em que ele (o mediador) dialoga com os educandos, deve chamar a atenção destes para um outro ponto menos claro, mais ingênuo, problematizando-os sempre. Por quê? Como? Será assim? (FREIRE, p.53)”. A idéia era que, neste primeiro momento, os debates fossem fomentados a partir do olhar cotidiano dos alunos sobre a escola, a mídia e as “coisas” que os rodeiam.

Pegamos três revistas, Veja (2006), Onde (2005), Olho da Rua (2005) e olhamos para elas com o intuito de afirmarmos todas as diferenças possíveis. O primeiro comentário foi que as revistas utilizavam papéis de qualidades variadas, sendo que certa menina afirmou que uma parece que usa papel de jornal, referindo-se a revista Olho da Rua.

Todos foram praticamente unânimes quando perguntados sobre qual revista consideravam a mais importante: Veja. O motivo alegado pela maioria foi que ela trazia mais assuntos relevantes, relacionados à política, ao mundo etc...

Ao terminarem comentamos que cada uma tinha uma especificidade, a Veja traz matérias de nível nacional e internacional, a revista Onde notícias da Cidade de Vitória e a Olho da Rua assuntos relacionados mais a comunidade de 1º de maio em Vila Velha onde ela está inserida, porém cada uma tem a sua devida importância e finalidade.

Em dado momento uma das meninas afirmou que a revista Olho da Rua é mais importante, pois trata do assunto “violência contra mulher”. Esta fala causou uma certa polêmica entre o grupo. O debate sobre a temática “homem X mulher” durou até o fim da nossa reunião. Algumas meninas defendiam de forma bem mais

coerente que os meninos alegando que “O homem e a mulher foram criados por Deus de forma igual, então eles devem ter as mesmas oportunidades e igualdades” e “Os homens precisam respeitar mais as mulheres, porque eles dependem um do outro. O que seriam dos homens sem as mulheres”?

Já os rapazes baseavam-se totalmente no machismo instaurado na sociedade afirmando que “Algumas mulheres ficam vagabundando na rua. Tem que ficar em casa para fazer comida para o marido, cuidar dos filhos” ou então “Mulher tem que ficar em casa. Tem vez que o homem chega e não tem comida pronta. Assim não dá”!

Ao final daquele momento pedimos para que todos conversassem com os pais, avós, tios e professores sobre a opressão da mulher e esse embate social entre homens e mulheres.

11, 14 e 18 de abril

Os estudantes foram levados à rádio Universitária FM para conhecerem o funcionamento e a dinâmica de um veículo de comunicação. Lá eles foram atendidos por alunos de Comunicação Social que fazem parte do projeto de extensão *Bandejão 104,7*¹⁴. Na rádio Universitária os estudantes puderam ver todas as etapas de produção e edição, tanto de vinhetas quanto de programas. Os integrantes do *Bandejão* comentaram sobre a importância do rádio, qual a sensação de estar ali falando para tantas pessoas ao mesmo tempo e que tipo de responsabilidade o comunicador tem com o público.

Posteriormente assistimos ao filme brasileiro *Uma onda no ar*¹⁵ (RATTON, 2002) que conta a história da constituição da rádio favela – rádio comunitária localizada em Belo Horizonte, MG. O objetivo é que eles concebam a rádio de uma forma diferente, não apenas como passatempo, só música e diversão,

¹⁴ O *Bandejão 104.7* é um programa de música e informação. Vai ao ar de segunda à sexta-feira, de 12:00 as 14:00h, e faz parte da grade da Rádio Universitária há mais de dois anos.

¹⁵ Este filme conta a história da constituição da rádio Favela de Belo Horizonte (MG). Um debate acerca das liberdades de informação e direitos à comunicação são colocadas de forma sutil pelos protagonistas – no caso moradores da periferia mineira discriminados (são todos negros) e perseguidos pela polícia federal no período da ditadura. O filme traz outro fato marcante: a escolha de destino de um dos amigos que preferiu seguir o caminho do tráfico, enquanto os outros continuaram na luta (e conquista) pela constituição da rádio.

mas também como um espaço para a discussão de variados temas de importância para a comunidade escolar.

Todos gostaram bastante do filme. Queriam saber se tudo aconteceu daquele jeito mesmo – com repressão policial – e porque é proibido ter uma rádio. Sem estender muito falamos que para se ter um meio de comunicação de massa (como o rádio, a TV) é preciso autorização do governo. Ninguém pode, por pura vontade, montar uma estrutura de rádio para si e colocar informações e músicas no ar. Não cumprir as regras – como fizeram os radialistas da rádio Favela FM e de tantas outras rádios livres e comunitárias – significa ser perseguido e até preso.

21 de abril

Para aguçar o senso crítico e fomentar a prática do questionamento, lemos em sala o texto *Uma janela para a filosofia* do filósofo e professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Maurício Abdalla. Com uma linguagem simples este texto conta a história de um rapaz que buscava aprender filosofia com um antigo filósofo. Partindo da observação das coisas ao seu redor o rapaz consegue encontrar o verdadeiro sentido do filosofar, que é aprender a enxergar o mundo com olhos críticos e buscar a sua modificação e este “[...] aprender exige do homem uma postura impaciente, inquieta, indócil. Uma busca que, por ser busca, não pode conciliar-se com a atitude estática de quem simplesmente se comporta como depositário do saber” (FREIRE, 1968, p.46). Compreender o que nos motiva e nos faz agir se faz necessário e “isso é tarefa específica da reflexão filosófica (FREIRE, 1968, p.40)”.

25 de abril

Começamos a falar para sobre o rádio especificamente e sua diferença em relação aos outros meios, como se faz uma matéria, qual o formato desta, a questão de se focalizar no fato mais importante, pois este veículo de comunicação só trabalha com a voz, e a voz não apresenta imagens – como a TV – e impossibilita uma releitura – como no jornal impresso. Eles perguntaram como é uma entrevista e porque ela deve entrar nas reportagens. Afirmamos que o jornalista (ou quem leva um fato a outro alguém) é um mediador. Ele vai transmitir o acontecimento ao

público e só pode reafirmar um fato se alguém que estava ali presente o confirmar. A entrevista é a forma que o jornalista encontra para legitimar o ocorrido.

No meio de tudo isso uma das meninas disse que pretende fazer faculdade para estudar as culturas. Logo estávamos no meio de uma conversa sobre o que era cultura. Ela mesmo disse que cultura era a forma de viver dos índios, alimentação deles. Outros na sala se manifestaram afirmando que cultura é o congo, a dança, exemplos que geralmente se reproduzem como “cultura do índio, do negro dos povos que já não existem mais”, no entanto chegamos à conclusão que cultura é tudo aquilo que vai além do natural, da natureza. Quando um homem transforma uma árvore em um quadro-negro a partir do seu trabalho, isso é cultura! Certa menina afirmou o seguinte: “Então uma pessoa em relação com outra faz cultura!”

“Em si mesma a cultura, que é o resíduo que o trabalho humano deixa sobre o Mundo, deveria ser todas as formas visíveis ou comunicáveis da significação do diálogo entre os homens e de todos os seus efeitos sobre o Mundo” (BRANDÃO, 1981, p.104).

No fim da reunião eles me disseram que algumas pessoas não estavam levando a sério o “projeto da rádio” e propuseram a retirada destes. Uma das meninas, apoiada por outras, exclamou “Nós temos que tirar estes que não querem participar e colocar outros. Lá na sala tem muita gente querendo entrar no projeto”! Na mesma hora um outro menino reiterou: “É, vamos tirar quem não quer”!

A reação foi imediata e foi preciso muita conversa para que resolvêssemos o impasse. A sugestão, aprovada por todos, foi a seguinte: esses que deixaram o projeto não poderão fazer nenhuma apresentação e, além disso, se houverem outros alunos da sétima série interessados no projeto, que venham participar. Na aula posterior dois novos componentes apareceram, todavia não se mantiveram com o grupo por mais de três ou quatro reuniões.

2 e 5 de maio

Enfim, depois de falar sobre o rádio, compartilhamos algumas técnicas deste meio. “Contudo, não é possível ensinar técnicas sem problematizar toda a estrutura em que se darão estas técnicas (FREIRE, 1968, p.86)”. Logo, não se estabeleceu padrão algum para o certo ou errado em rádio, ou separou-se a voz

"bela" da "feia". Até mesmo porque “a prática educacional deve privilegiar experiências dialógicas entre os alunos, entre alunos e professores, entre estes e a realidade existencial e o saber já sistematizado e legitimado (MARTINARI, 1998, p.168)”. Em projetos educacionais a principal bandeira a ser levantada é a da participação, da colaboração e “os meios de comunicação atuam como mediadores das trocas sociais expressas nas relações comunicacionais” (PORTO, 1998, p.25).

Questões ligadas a impostação vocal, clareza de um texto e a importância de uma voz limpa para o bom entendimento do que está sendo falado foi ressaltado. Além disso vimos como funciona uma mesa de som e um programa de edição de áudio.

Sendo assim os alunos foram separados em grupos, onde cada um tem uma tarefa específica – um é o repórter, o outro editor de áudio. Quando a matéria é exibida no recreio um é o operador da mesa de som (sonoplasta), e o outro o locutor – posteriormente é feito um rodízio nas atividades.

16 de maio

O décimo dia na escola foi bastante agitado e bem diferente de tudo que tinha ocorrido até agora. Pela conversa dos alunos, dois guardas municipais da Prefeitura de Vitória estavam presentes no colégio. A revolta era total entre os estudantes participantes do projeto. Segundo informações deles, a iniciativa de colocar estes guardas no colégio partiu da própria diretora e tudo isso porque garotos do bairro estavam subindo nos muros da escola na hora do recreio para poder conversar com os alunos. Uma menina exclamou: “Ela não pode fazer uma coisa dessas! Nós não somos bandidos! Eles [os guardas] não estão em uma cadeia! Isso é uma escola! Na hora do recreio, nem podíamos brincar com os garotos que eles ameaçavam os meninos”.

A partir desse acontecimento, todos se manifestaram, opinaram e isso me impressionou bastante, pois os comentários tinham embasamento. Os alunos já não falavam mais como se de nada soubessem. Tinham uma opinião formada tendo como norte a observação do fato e uma simples, mas coerente, constatação. Dessa forma sabiam o que fazer e estavam dispostos a encarar a situação de frente.

Desde o início das nossas reuniões, debatemos sobre a importância de se perguntar o porquê dos fatos, não aceitar nada passivamente. Segundo Piaget, teórico da pedagogia que influenciou a obra de Paulo Freire, “o homem só aprende quando está motivado e o que motiva o homem são os problemas e as aspirações cotidianas” (CUNHA, 1985, p.48). Neste dia, uma das meninas comentou:

- “Nós temos que tirar a Diretora da escola! Impeachment para ela! Vamos fazer cartazes e protestar! Quando precisava dos nossos votos na eleição para direção do colégio, era tudo maravilhoso, agora ela toma atitudes sem nos consultar. O que ela fez não se faz. E não é só isso. Ela também desrespeita os alunos, grita e tudo mais.”

Naquele momento falamos acerca da recepção e do apoio da diretora em relação ao projeto da rádio-escola. No entanto algumas atitudes autoritárias dela no trato com alunos já haviam sido presenciadas por todos nós. Em uma de suas falas, inclusive, a diretora afirmou que “se houver muito espaço os alunos passam por cima. Eles precisam de disciplina”.

Sobre a receptividade da diretora em relação à rádio-escola a mesma menina que iniciou o debate respondeu com sabedoria (me deixando perplexo): “Claro! Para ela é muito bom ter um projeto como o seu dentro da escola. Isso dá visibilidade para a escola e para ela como diretora também”.

Falamos sobre a importância de se conversar com outros alunos sobre o ocorrido, e dialogar com a direção da escola para que situações como essa jamais ocorram. Afinal como os próprios estudantes disseram, na escola não há bandidos, mas sim alunos.

30 de maio, 2, 9 e 13 de junho

Devido a uma necessidade do projeto, a escola adquiriu dois aparelhos de MP3 Player para a utilização dos envolvidos na rádio-escola. Nesta etapa nós gravamos as vinhetas – depois da escolha do nome da rádio que será contado posteriormente, nas considerações finais – e escolhemos, alguns temas a serem trabalhados como tecnologia, esporte, Novela Rebelde entre outros.

Dentre algumas frases que eles escolheram e gravaram como vinheta estão: MJN: A RÁDIO DO MORRÃO; MJN: A RÁDIO QUE NOSSA ESCOLA OUVI; MJN: A RÁDIO DA ESTAÇÃO; MJN A RÁDIO QUE TODO MUNDO QUER, VAMOS LÁ GALERA... OUVIR. Estas e outras vinhetas estão disponíveis no APÊNDICE I deste trabalho.

15 de agosto

Hoje, pela primeira vez, a Rádio MJN foi ao ar na hora do recreio (das 15:30 às 15:50h). Os alunos da escola ficaram bastante agitados e os envolvidos no projeto estavam ansiosos e nervosos para esta primeira exibição cujo tema foi o elitismo e o preconceito racial presente na novela Rebelde. Para falar sobre o assunto foi entrevistada a professora de História do colégio, prof. Maria Hélia, que em uma de suas aulas comentou sobre este assunto gerando uma imensa discussão a respeito da novela em toda a escola.

Ao final fizemos uma pequena reflexão a respeito de tudo que tínhamos realizado até agora. Até mesmo para saber o que foi proveitoso e o que deve ser melhorado. Dentre as falas a grande preocupação é o equipamento. “Achei bom, mas temos que arrumar equipamentos como computador para melhorar ainda mais. Todavia a preocupação com os outros alunos que querem pedir músicas também tomou conta da fala deles: Temos que atender sempre o pedido de música das pessoas. Isso é importante. Nós também precisamos de uma sala só para nós, para ser o nosso estúdio”.

Outros comentários giraram em torno do aprendizado até agora. Um dos garotos comentou que os estudantes lhe perguntaram se é “legal” ficar na rádio. A importância de se trabalhar em grupo e a necessidade de dedicação de todos foi ressaltada.

No mês seguinte, no dia 5 de setembro, fizemos uma segunda exibição da rádio MJN. O tema desta vez foi o JEMVI, Jogos Estudantis do Município de Vitória. Dessa vez um outro grupo apurou, entrevistou, gravou e apresentou o programa na hora do recreio. No dia 26 de setembro apresentamos o terceiro programa cujo tema foi tecnologia. A entrevistada da vez foi a professora de Informática. A discussão girou em torno da Internet, do celular – se eles realmente

tem contribuído para unir as pessoas – e os alunos entrevistados para a matéria opinaram sobre o assunto. Todos os três programas estão disponíveis no APÊNDICE I deste trabalho.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato as teorias tanto de Paulo Freire quanto de Antonio Gramsci tendem a enriquecer o arcabouço teórico da Educomunicação. Basta notar como a preocupação básica que motiva a experiência educ comunicativa relatada neste trabalho – e em tantos outros espalhados pelo Brasil – diz respeito a ausência/deficiência de diálogo na escola – o que há anos preocupava Freire e, em parte, motivou seus estudos (BRANDÃO, 1981, p.103) – e/ou a falta de um conhecimento comprometido com o avanço do homem como ser social, ou seja, uma educação transformadora da sociedade (Gramsci, como marxista que era, cria que a humanidade alcançaria o seu ápice de conhecimento quando se findasse a exploração do homem pelo homem. Mas para isso era necessário tornar acessível a todos, através das relações pedagógicas, a filosofia da práxis). Ambos têm na liberdade humana seu ponto chave. De acordo com Lima (1981, p.129), Paulo Freire

[...] sempre acreditou que, a despeito de todas as atividades e obstáculos, o homem, um dia, será livre. É neste sentido que ele é utópico. Mas sua utopia, [...] nada tem de ilusório, fantástico ou inatingível, mas trata-se de uma utopia revolucionária, que significa recusa em aceitar este *status quo* [...].

Segundo Tavares, Gramsci crê que “somente será verdadeira a liberdade que se afirma como ação coletiva e não individual, mas sem anular a personalidade de cada indivíduo” (1989, p.46). Logo, os dois vêem o homem como um ser que constrói e é construído pelo conjunto social.

Paulo Freire costumava dizer que o homem não é, ele está sendo (FREIRE, 1968, p.40). E este estar sendo pressupõe que a trajetória da humanidade seja rumo a um novo estágio, mais igualitário. Da mesma forma Gramsci, ao teorizar sobre a crítica ao senso comum e a elaboração de um bom senso, acredita que o ser humano está em constante construção (MOCHCOVITCH, 1988, p.42). Por isso, segundo Freire (1968, p.11), é preciso que a escola, ao massificar o conhecimento, busque educar indo muito além do simples ato de ler a palavra e

segundo Gramsci (apud MOCHCOVITCH, 1988, p.63) esta mesma escola não pode se preocupar simplesmente com a formação técnica dos alunos, e deve lutar “contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo”.

Acrescente-se ainda a necessidade do ser humano em dizer a palavra. Como ser social que é (e nisso Freire e Gramsci concordam) estar impossibilitado de se expressar é o mesmo que estar impossibilitado de viver.

“[...] a formação da personalidade do indivíduo deve levá-lo a conhecer-se a si mesmo, ou seja, conhecer as possibilidades de realizar-se e de se reconhecer no ambiente, para transformar a história e para modificar, segundo sua visão racional do mundo, as relações existentes”. (TAVARES apud Broccoli, 1989, p.96)

Ao tratar da liberdade de expressão, de pensamento e de consciência, a nossa Constituição é enfática logo em seu primeiro capítulo (BRASIL, 1988, p.17). Entretanto a realidade midiática brasileira (*mass media*) não contempla estas premissas. Logo soma-se, a essa necessidade de pronunciar a palavra, a democratização dos veículos.

Desta forma, ao ir à campo, parto do pressuposto que compartilhando comunicação no espaço escolar – utilizando o veículo rádio – é possível democratizar o acesso aos meios, e ainda, criar novas formas de fazer/ entender comunicação social, disseminar o conhecimento, outrora mantido entre quatro paredes na sala de aula, ampliar o diálogo e valorizar as relações entre alunos/ professores.

No mais, são indescritíveis todas as sensações geradas por uma experiência como esta, principalmente porque nos momentos anteriores a pesquisa de campo eu pensei em desistir de tudo. Muitos me alertaram acerca das dificuldades que eu encontraria e até tentei imaginar um outro trabalho possível de ser feito, mas nada me instigava tanto quanto a prática educomunicativa. O sonho, a utopia me motivava. Imaginar-me dentro de um espaço escolar com pessoas interessadas em entender e praticar a comunicação social através do rádio, e dessa forma ampliar os seus conhecimentos em outras disciplinas, era a oportunidade de inverter a realidade.

No meu primeiro contato com a escola percebi que o caminho do sonho seria árduo, porém gratificante. A diretora abraçou a idéia da rádio-escola desde o início e não mediu esforços para poder me ajudar na execução do projeto. Os professores, embora alguns me tivessem como um intruso no habitat deles, sempre estiveram do meu lado e contribuíram ao conceder entrevistas sobre determinados assuntos ou quando eu precisava que os envolvidos no projeto saíssem minutos mais cedo.

A grande dificuldade residia no fato de que a escola não tinha uma estrutura específica para a rádio (e não poderia disponibilizar), entretanto como possui caixas potentes espalhadas pelo pátio, é possível ouvir bairro fora o que os alunos dizem ali dentro e isto torna o projeto ainda mais relevante, leva a escola para o bairro, socializa o conteúdo interno. Um outro problema, específico deste ano, foi a greve dos professores da rede municipal de Vitória. Com isso os alunos foram dispensados antes do término das aulas muitas vezes. Todavia a crescente animação de cada estudante, a cada reunião, a cada apresentação da rádio, trazia mais motivação.

A minha relação nestes meses com os alunos – inicialmente 20 e posteriormente 10 – traz-me recordações, umas boas e uma única ruim. Enumero a ruim primeiro.

Na reunião do 7º dia levei um tremendo choque pois somente 10 dos 20 que fazem parte do grupo compareceram. Desse dia em diante muitos alunos afastariam-se, uns por mudança de escola – o que acontece com bastante frequência nos colégios públicos –, outros por não-identificação com a proposta do projeto e alguns ainda por simplesmente não estarem mais afim. Isso me fez cair numa tremenda crise, pois passei a crer que o problema estava comigo e que a proposta no fundo não era tão interessante assim. No entanto preferi compartilhar sobre esta situação com todos os “remanescentes” e pedi uma colaboração para poder resolver o destino daquele grupo “dissidente”. Os que ficaram foram unânimes em dizer que, no fundo, os “dissidentes” desde o início não estavam muito ligados na idéia da rádio e eu não deveria ficar preocupado porque eles, os “remanescentes”, dariam conta do recado e não deixariam o sonho da rádio-escola acabar.

No que tange a saída de alguns alunos do projeto a pedagoga Claide Pereira dos Santos me contou, posteriormente, que a idéia de colocar 20 alunos – a minha opção inicial eram no máximo 15 – tinha fundamento, afinal ela conhecia há

tempos boa parte daqueles adolescentes e sabia que dentre os 20, pelo menos a metade iria deixar a rádio. Claide completaria dizendo que no início havia muito “oba-oba” entre eles principalmente porque era tudo muito novo e fascinante. Porém com as primeiras conversas, o aprofundamento da proposta e a idéia de que rádio não é só falar uma frase feita e tocar a música do momento tudo mudou. “As máscaras caíram depois da visita à rádio universitária. Na volta eu percebi a divisão clara entre os que haviam assimilado a idéia da rádio-escola com conteúdo e os que logo deixariam o grupo” (DOS SANTOS, 2006).

Posteriormente ela avaliaria como positiva a iniciativa da rádio-escola e afirmaria que os alunos participantes do projeto melhoraram o seu rendimento escolar e a forma de se relacionar também.

Dessa forma o grupo foi se consolidando com aqueles que resolveram continuar. O projeto foi superando as minhas expectativas e, a cada reunião, a forma como eles desenvolviam os temas, discutiam o contexto das matérias e utilizavam a estrutura rádio-escola com o intuito de se divertir, conhecer e transmitir conhecimento, crescia. Mesmo antes da estréia muitos já imaginavam, visualizavam como seria a primeira vez, qual o impacto, como seria falar para todo mundo ouvir.

Semanas antes da primeira exibição resolvemos discutir, finalmente, qual nome seria dado à rádio-escola. Neste momento me surpreendi.

Vários nomes já tinham sido rejeitados pelos alunos. Foi então que eles me pediram para deixar a sala por uns instantes. Acatei a decisão do grupo e esperei do lado de fora. Ao me chamarem de volta fiquei totalmente constrangido e emocionado com o que me disseram:

- Olha só Max, nós decidimos e queremos te dizer que o nome escolhido foi rádio MAX.

- Resolvemos te homenagear, porque desde o início você deixou bem claro que a sua passagem por aqui seria momentânea e que depois tudo ficaria por nossa conta.

- Fico feliz com a homenagem, mas não deve ser assim – afirmei. É personalista demais. A rádio é de vocês, não minha. Gostei muito da homenagem, pois é um sinal de retribuição, porém não é justo.

- Então vamos fazer o seguinte – propôs um dos meninos. Vamos juntar a primeira letra do nome do Max com as primeiras letras do nosso bairro, Jesus de Nazareth. O nome da rádio será rádio MJN.

O nome não me agradou muito, todavia não consegui convencê-los do contrário. Afinal desde o início eu disse que tudo deveria ser decidido por eles e tentei em todo tempo fazer valer esta prerrogativa. Fiquei feliz porque isto é um sinal de que o projeto rádio-escola e eu tivemos alguma importância na vida deles.

Hoje a rádio MJN está nas mãos da própria escola. Pretendemos, no próximo ano, envolver novos alunos e possibilitar que os atuais estejam à frente do grupo iniciante como monitores. Com conteúdo pedagógico é possível que a iniciativa perca por um bom tempo ainda. Também é possível que invertamos a lógica da comunicação-monólogo e da educação narradora (FREIRE, 1987, p.57) a longo prazo. E isto é, acima de tudo, a meta, o verdadeiro objetivo.

No entanto ainda é possível perguntar: há campo para os profissionais de comunicação trabalharem suas perspectivas dentro de uma escola? A universidade tem proporcionado aos estudantes de comunicação social capacitação para o emergente campo da Educomunicação? É possível que simples experiências educacionais como esta tornem-se modelo para a democratização dos meios? Todas essas dúvidas são impossíveis de serem respondidas de forma sucinta. Tirar conclusões com base em fatos momentâneos pode gerar reflexões momentâneas e o que nos motiva não é apenas o hoje, é o ontem, é o amanhã. Conhecer a história é reconhecer-se no presente, é ter nas mãos as rédeas para o futuro. E dessa forma a universidade deve se repensar, reconstruir.

Campos para os profissionais de comunicação dentro das escolas existem, porém são necessárias políticas públicas que possibilitem base financeira e sustento institucional. Assim, com certeza, resultados à curto, médio e longo prazo serão alcançados. Em São Paulo, por exemplo, o educom.rádio foi utilizado como subterfúgio para coibir a violência nas escolas da rede pública. A proposta partiu da Secretaria de Educação de São Paulo, ou seja, nasceu de uma política pública estatal. A ampliação do diálogo, valorização da oralidade, melhora nos rendimentos estudantis e no relacionamento entre os personagens escolares, foram reflexos de uma primeira intenção: a busca pela paz. Esta paz, todos crêem, só será alcançada à longo prazo. Mas o passo inicial já foi dado. Iniciativas como um núcleo específico (NCE/USP) que pensa/repensa as práticas e teorias relacionadas à Educação/Comunicação tem possibilitado o avanço da área Educomunicação. Isso é dar o passo inicial.

É necessário que, especificamente, o curso de Comunicação Social da Ufes e, genericamente, outras escolas de Comunicação do país tenham essa preocupação de pensar a respeito do emergente campo da Educomunicação. Produzir conhecimento teórico e prático é a solução e isso atrairá, certamente, políticas públicas. A construção do saber e uma nova comunicação social – profundamente democrática – só existirá quando houver invenção e uma busca inquieta, impaciente e permanente dos homens no mundo, com o mundo e com os outros seres humanos (FREIRE, 1987, p.58). Seres humanos como Jéssica, Cledimar, Idney, Guthielison, Larissa, Marcos Vinícius, Lucas, Miriam, Tayrone, Eliomário que fizeram deste trabalho uma realidade possível.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Publicações impressas

1. Agência EducaBrasil. Um novo campo entre a comunicação e a educação. 2001. Entrevista com Ismar de Oliveira Soares. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/exe/texto.asp?id=447>> Acesso em: 2 nov. 2006.
2. A Rede, São Paulo, n.º 17, 2006. Disponível em: <www.arede.inf.br>. Acesso em: 20 de set. de 2006.
3. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire. São Paulo : Brasiliense. 1981.
4. BRASIL. Constituição (1988). Constituição de 1988 : Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 23/99 e Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Ed. Atual. Em 1999. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.
5. CARVALHO, Vânia Maria Mattos de. Entrevista oral concedida no dia 15 de agosto de 2006.
6. CITELLI, Adilson. Comunicação e Educação: Reflexões sobre uma pesquisa envolvendo formação de professores. 2004. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17958/1/R1773-1.pdf>> Acesso em: 2 nov. 2006.
7. COELHO NETO, Armando. Rádio Comunitária não é crime, direito de antena: o espectro eletromagnético como bem difuso. São Paulo : Ícone, 2002.
8. CUNHA, Diana. As utopias na educação. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
9. D'ÁVILA, José Luiz Piôttto. A crítica da escola capitalista em debate. Petrópolis : Vozes, 1985.
10. DOS SANTOS, Claide Pereira. Entrevista oral concedida em setembro de 2006.
11. EDUCOM.RADIO.CENTRO-OESTE. Rádio Educomunicativa chega a Floresta Amazônica. 2005. Disponível em <http://www.usp.br/educoradio/centro-oeste/noticias/noticia2.asp?cod_not=562> Acesso em: 2 nov 2006.
12. FERRARETTO, Luiz Artur. Rádio: O Veículo, a História e a Técnica. 2 ed. Porto Alegre : Sagra Luzzatto. 2001.
13. FLOGI, Marcelo. Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch – A produção de audiovisual à luz da educomunicação. Disponível em: <<http://www.midiativa.org.br/index.php/educadores/content/view/full/2062>> Acesso em: 20 set. 2006.
14. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 35 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1987.
15. _____. Extensão ou Comunicação?. 4 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1968.
16. GADOTTI, Moacir. Lições de Freire. Revista da Faculdade de Educação. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551997000100002&script=sci_arttext> Acesso em: 28 set. 2006.

17. _____. Saber Aprender: Um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. 2000. Disponível em:
<www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Gadotti_sobre_Freire/PF_5_anos_depois_2002.pdf>. Acesso em: 20 set. 2006.
18. LAGO, C.; ALVES, P. Raízes educacionais: do conceito à prática. 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/aeducacao/saibamais/textos/>>. Acesso em: 19 set. 2006.
19. _____. Educom.rádio: uma política pública que pensa a mudança da prática pedagógica. Disponível em:
<<http://www.usp.br/nce/aeducacao/saibamais/textos/>>. Acesso em: 2 nov. 2006.
20. LIMA, Venício Arthur de. Comunicação e Cultura: as idéias de Paulo Freire. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1981.
21. _____. As bases do novo coronelismo eletrônico. 2005 Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig>>. Acesso em: 3 set. 2006.
22. _____. Globalização das Comunicações: O Novo e o Velho no Sistema Brasileiro. Observatório da Imprensa: Jornal de debates. Disponível em:
<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd050798a1.htm>> Acesso em: 2 nov. 2006.
23. LÓPEZ VIGIL, José Ignácio. Manual urgente para radialistas apaixonados. Tradução de Maria Luíza Garcia Prada. São Paulo : Paulinas, 2003.
24. MACHADO, A.; MAGRI, C.; MASAGÃO, M. Rádios Livres a reforma agrária no ar. Brasília : Brasiliense. 1986.
25. MACHADO, Eliany Salvatierra; ALVES, Patrícia Horta. NCE: Um Projeto de Intervenção Social. Disponível em:
<<http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/16841/1/R2513-2.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2006.
26. MIDIATIVA. Um balanço do projeto Educom.rádio. Disponível em:
<<http://www.midiativa.tv/index.php/midiativa/content/view/full/2114>> Acesso em: 4 nov. 2006.
27. MOTTA, Gláucio Rodrigues. 'Nas ondas da inclusão': as vozes escutadas das experiências sentidas por educandos de um projeto de rádio-escola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.
28. MOCHCOVITCH, Luna Galano. Gramsci e a escola. São Paulo : Ática, 1988.
29. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Olho da Rua em Revista. Publicação do Grupo experimental de Comunicação Olho da Rua do Núcleo de Práticas Comunitárias Casa da Mulher. Vila Velha. nº 1. Primavera de 2005.
30. ORTRIWANO, Gisela Swetlana. A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo : Summus, 1985. p. 34-36.
31. PENTEADO, Heloísa Dupas (Org.). Pedagogia da comunicação: Teorias e práticas. São Paulo : Cortez , 1998.

32. PORTO, Leda Lucia Renan de Araújo. Entrevista oral concedida no dia 3 de agosto de 2006.
33. REDE VIVA FAVELA. Rádio Comunitária: O que é e como montar Disponível em: <http://www.redevivafavela.com.br/pdf/CARTILHA_LIANA_1.pdf> Acesso em: 2 nov. 2006
34. VITÓRIA. Revista Onde, Revista Experimental do curso de Comunicação Social da Ufes. Vitória. Ano I, nº1, Novembro de 2005.
35. O MENSALÃO II. Revista Veja, edição 1946, ano 39, nº9. São Paulo : Abril, 8 de março de 2006.
36. SANTOS, Carlos Roberto Praxedes dos. Rádios Comunitárias do Vale do Itajaí: Controvérsia Legal, Sociopolítica e Ideológica. Dissertação - Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas, Universidade do Vale do Itajaí. Santa Catarina. 2005. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/seminario2006/pdf/tc013.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2006.
37. SOARES, I. O.; MACHADO, E. S. Educomunicação: ou a emergência da inter-relação Comunicação/Educação. 200? Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/aeducunicacao/saibamais/textos/>> Acesso em: 20 set. 2006.
38. SOARES, Ismar de Oliveira (org.). O Projeto Educom.Tv: Formação on line de professores numa perspectiva educacional. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/tead/n1a/artigos%20pdf/artigo2.pdf>> Acesso em: 4 nov. 2006.
39. SOUZA, Mathias Gonzalez de. Limites e possibilidades do rádio na educação a distância. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/seminario2006/pdf/tc013.pdf>> Acesso em: 19 de set. 2006.
40. SUZINA, A. C.; FAXINA, E. Programa LCC: Leitura Crítica da Comunicação. São Paulo, 2005.
41. TAVARES, Antônio. Educação e Hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. Campinas : Cortez, 1989.
42. TEIXEIRA, Ana Paula de Moraes. Possibilidades de Gestão em ecossistemas educacionais : O contexto da rádio comunitária. 200?. Trabalho apresentado ao NP 11 – Comunicação Educativa, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Disponível em: <<http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17942/1/R1992-1.pdf>> Acesso em: 2 de nov. de 2006.
43. Observatório da Imprensa. Dossiê das concessões de TV: As Informações do Ministério das Comunicações. Disponível em: <observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/mat2008e.htm> Acesso em: 20 set. 2006.
44. 4a Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes. Cartas do Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: <http://www.riosummit2004.com.br/pdfs/carta_do_rio_por.pdf> Acesso em: 2 nov. 2006.

Audiovisuais

1. Uma onda no ar. Direção: Helvécio Rattón. Produção: Simone Magalhães Mattos. Roteiro: Helvécio Rattón e Jorge Durán. Elenco: Alexandre Moreno; Adolfo Moura; Babu Santana; Benjamim Abras: Quimera Filmes. 2002. (DVD) (93min.).

8 – APÊNDICE I

Este trabalho acompanha um CD com vinhetas e programas gravados para a Rádio MJN.